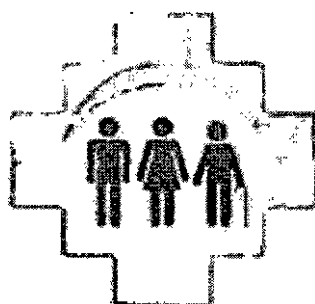




SISPREV-TO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026

Diretoria Executiva: Gislene Pereira Silva Gomes
Ruthnéia Lauton Costa
Ketlyn Souza Batista

Presidente do Conselho de Administração: Núbia Glaia Vieira Salzmänn

Presidente do Conselho Fiscal: Klédson Moreira da Silva

Gestor de Recursos: Hugo Figueiredo Rievers

Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Investimentos
Diego Lauar Teixeira Filipe Souza Mafra Gisele Pimenta Almeida Hugo Figueiredo Rievers Maria da Conceição de Assis Oliviera Natália Figueiredo Dutra Núbia Glaia Vieira Salzmänn Poliana Magalhães Luz	Anderson de Cássio Gomes Ferreira Josiane Martins dos Santos Klédson Moreira da Silva Maria de Lourdes Torres Mariniello	Anderson de Cássio Gomes Ferreira Gislene Pereira Silva Gomes Hugo Figueiredo Rievers Ketlyn Souza Batista Núbia Glaia Vieira Salzmänn

Última revisão do Comitê de Investimentos: 28 / 01 / 2026
Aprovada pelo Conselho de Administração em: 29 / 01 / 2026

[Handwritten signatures and initials]

Sumário

1. Introdução	3
1.1. Dados Gerais do RPPS.....	3
2. Política de Investimentos	5
3. Estrutura de Gestão	6
3.1. Conselho de Administração	7
3.2. Conselho Fiscal.....	8
3.3. Comitê de Investimentos.....	8
4. Prestadores de Serviços Relacionados à Gestão dos Recursos	9
4.1. Consultoria de Valores Mobiliários	10
4.2. Administração e Controladoria dos Empréstimos Consignados	11
4.3. Prestação de Serviço de Administração de Carteira	12
4.4. Demais Prestadores de Serviços Relacionados à Gestão de Recursos	13
4.4.1. Critérios Para Credenciamento	13
5. Meta de Rentabilidade e Diretrizes Para a Gestão dos Recursos	14
5.1. Negociação e Precificação dos Ativos	14
5.2. Avaliação de Desempenho.....	15
5.2.1. Metodologias Para Avaliação de Desempenho	16
5.3. Avaliação de Risco	17
5.3.1. Metodologias Para Avaliação de Riscos.....	18
5.4. Plano de Contingência	19
6. Cenário Macroeconômico	20
6.1. Cenário Base Interno.....	20
6.2. Cenário Base Externo	27
6.3. Cenários Alternativos.....	30
6.4. Projeções dos Cenários	31
7. Estratégia de Alocação.....	32
7.1. Critérios de Seleção dos Ativos	34
7.1.1. Títulos Públicos	34
7.1.2. Fundos de Investimento.....	35
7.2. Vedações e Limites.....	36
8. Considerações Finais.....	36
9. Anexos	38

[Handwritten signatures and initials]



1. Introdução

1.1. Dados Gerais do RPPS

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Teófilo Otoni ou simplesmente “SISPREV/TO”, é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, criada por intermédio da Lei Municipal nº 4.974/2001 integrante da administração indireta do Município de Teófilo Otoni/MG com autonomia administrativa e financeira, e tem como competência executar a política de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, e na presente data, está classificado como investidor qualificado.

A classificação está amparada pelo disposto na Instrução CVM 30/2021 e Portaria MTP 1.467/2022, onde define que os Regimes Próprios de Previdência Social classificados como investidor qualificado ou profissional devem apresentar cumulativamente;

- Certificado de Regularidade Previdenciário - CRP vigente na data da realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor;
- Possuir recursos aplicados, informados no DAIR do mês imediatamente anterior à data de realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor, em montante igual ou superior a R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais) para ser considerado investidor qualificado ou R\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de reais) para ser considerado investidor profissional, e;
- Tenha aderido ao Pró-Gestão RPPS, e obtido certificação institucional em um dos níveis de aderência nele estabelecidos, caso investidor qualificado.
- Tenha aderido ao Pró-Gestão RPPS e obtido certificação institucional no quarto nível de aderência nele estabelecido, caso investidor profissional.

Considerando o disposto acima, o SISPREV/TO, atende todas as exigências.

3



Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Teófilo Otoni /MG

INFORMAÇÕES GERAIS

Tipo de Plano	Previdenciário, sem segregação de massa
Patrimônio Líquido	R\$ 106.665.820,46, dezembro de 2025
Pró Gestão	Nível III
Categoria de Investidor	Qualificado
Tipo de CRP	Administrativo, vencido
Meta de Rentabilidade para 2026	IPCA + 5,57%

PROFISSIONAIS E SUAS QUALIFICAÇÕES

Nome	Tipo de Qualificação	Validade da Certificação
Gislene Pereira Silva Gomes	CP RPPS DIRIG III	23/12/2028
	CP RPPS CGINV III	19/05/2029
Ketlyn Souza Batista	CP RPPS DIRIG I	02/01/2029
	CP RPPS CGINV II	28/05/2029
Ruthnéia Lauton Costa	CP RPPS DIRIG I	07/01/2029
Anderson de Cássio G. Ferreira	CP RPPS CGINV I	16/09/2029
Diego Lauar Teixeira	CGRPPS APIMEC	21/02/2026
Filipe Souza Mafra	CP RPPS CODEL I	27/06/2029
	CP RPPS DIRIG I	24/06/2029
Gisele Pimenta Almeida	CP RPPS CODEL I	03/03/2027
Hugo Figueiredo Rievers	CP RPPS DIRIG III	02/10/2027
	CP RPPS CGINV III	21/09/2027
	CP RPPS CODEL II	07/11/2026
Josiane Martins dos Santos	CP RPPS COFIS I	03/02/2029
Klédson Moreira da Silva	CP RPPS COFIS I	06/11/2028
Maria da Conceição de Assis	CP RPPS CODEL I	27/01/2029
Maria de Lourdes T. Mariniello	CP RPPS COFIS I	02/02/2027
Natália Figueiredo Dutra	CP RPPS CODEL I	28/05/2029
Núbia Glaia Vieira Salzmman	CP RPPS CGINV III	26/03/2028
	CP RPPS CODEL II	12/07/2028
	CPA-20	23/11/2027
Poliana Magalhães Luz	CP RPPS CODEL I	12/06/2029

[Handwritten signatures and initials]

DESEMPENHO DAS ALCALIAS ACORDADAS NOS JUÍZIOS 5 ANOS

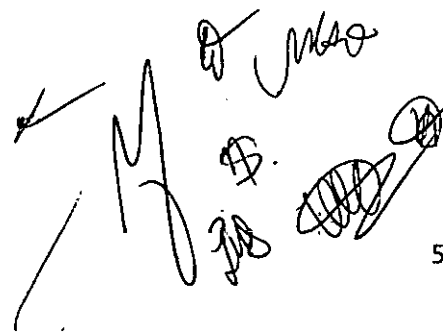
Ano	Retorno na Competência	Meta de Retorno
2020	10,54%	10,64%
2021	2,91%	16,66%
2022	4,71%	10,87%
2023	13,51%	9,79%
2024	7,75%	10,00%

Os atuais representantes do Conselho de Administração e Conselho Fiscal foram nomeados através do Decreto Municipal nº 8.596, de 08 de maio de 2025, em conformidade com a Lei Municipal nº 7.656, de 23 de agosto de 2022, alterada pela Lei Municipal nº 7.878/2025. A Lei determina o mandato dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é de 4 (quatro) anos e com o objetivo de garantir a alternância e renovação de forma intercalada e não integral, os representantes institucionais serão nomeados no primeiro ano no primeiro dia útil de fevereiro do mandato do Chefe do Poder Executivo Municipal, e os representantes dos servidores e segurados do RPPS serão nomeados no terceiro ano no primeiro dia útil de fevereiro do mandato do Chefe do Poder Executivo Municipal, permitida uma única reeleição e a manutenção das pessoas indicadas por igual período.

Conforme o inc. VIII do art.4º da Lei Municipal nº 7.656 /2022, compete ao Conselho de Administração aprovar a Política de Investimentos e as diretrizes de investimentos dos recursos do SISPREV/TO e ao Conselho Fiscal compete acompanhar a aplicação das reservas, fundos e provisões garantidores dos benefícios, notadamente no que concerne à observância dos critérios de segurança, rentabilidade e liquidez, e de limites máximos de concentração de recursos, em conformidade com o inc. XIV do art. 25 da Lei Municipal nº 7.656 /2022.

2. Política de Investimentos

A Política de Investimentos descreve a filosofia, as estratégias, restrições e práticas de investimento para alocação dos recursos garantidores do Plano de Benefícios. Ela é constituída por um conjunto de diretrizes de longo prazo, que visam à preservação e ao melhor desempenho dos ativos financeiros em associação com os riscos da carteira, sob um processo prudente de investimentos.



O horizonte desta Política de Investimentos limita-se à 31/12/2026, sendo possível sua revisão ao longo do ano de 2026, conforme previsto na regulamentação em vigor. Este documento busca assegurar:

- O claro entendimento por parte da diretoria, gestor de recursos, conselheiros, Entes e servidores vinculados, prestadores de serviços de qualquer natureza e órgãos reguladores quanto aos objetivos, estratégias e restrições relativas aos investimentos deste Regime Próprio de Previdência Social;
- A existência de um instrumento de planejamento que permita identificar e definir claramente as necessidades e requisitos por meio de objetivos de retorno, tolerâncias a risco, liquidez, solvência e restrições de investimentos;
- A existência de critérios e objetivos racionais para a avaliação de classes de ativos, de gestores e de estratégias empregadas no processo de investimentos;

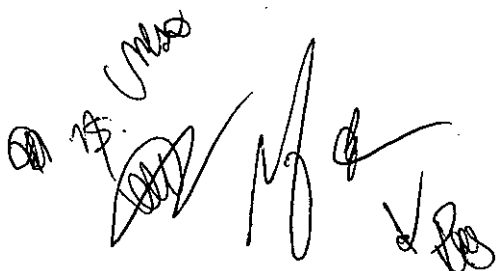
A presente Política de Investimentos e suas diretrizes atendem ao disposto no Capítulo VI, Seção II da Portaria MTP nº 1.467/2022 e Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.272/2025.

Na aplicação dos recursos correspondentes às reservas técnicas, provisões e fundos do plano são observados os princípios de segurança, rentabilidade, governança, solvência, liquidez e transparência.

O SISPREV/TO zela por elevados padrões éticos e adota práticas de gestão para garantir o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos Entes vinculados e aos servidores públicos do Município de Teófilo Otoni/MG, bem como, seus eventuais pensionistas.

3. Estrutura de Gestão

A estrutura organizacional do SISPREV/TO atende aos requisitos exigidos pela legislação vigente, as atribuições e competências de cada um dos conselhos da estrutura estão dispostas na Lei Municipal nº 7.656, de 23 de agosto de 2022, que dispõe sobre a reestruturação do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Teófilo Otoni e dá outras providências, bem como, nos regimentos internos de cada órgão colegiado. A Lei Municipal nº 7.656, de 23 de agosto de 2022, foi alterada pela Lei Municipal nº 7.878, de 30 de abril de 2025, no que diz respeito a composição e representatividade de cada um dos conselhos.



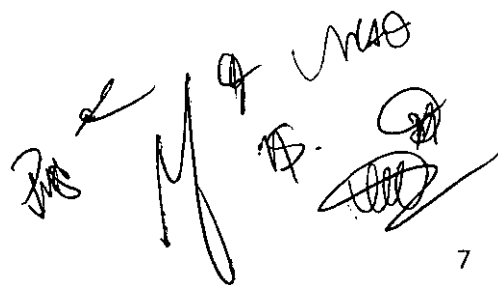
3.1. Conselho de Administração

O Conselho de Administração é a instância de deliberação e orientação superior do SISPREV/TO. Suas responsabilidades estão estabelecidas na Lei Municipal nº 7.656 de 23 de agosto de 2022 e no seu Regimento Interno aprovado em 26 de agosto de 2025.

Os conselheiros reúnem-se ordinariamente no mínimo uma vez por mês e são responsáveis por:

- a) Aprovar o calendário de reuniões mensais.
- b) Convocar os membros do Conselho para a reunião ordinária mensal e organizar a pauta da reunião.
- c) Realizar a reunião ordinária mensal com a presença da maioria dos membros.
- d) Excepcionalmente, convocar os membros do Conselho para a reunião extraordinária e organizar a pauta da reunião.
- e) Aprovar ou reformular o Regimento próprio do Conselho de Administração.
- f) Elaborar, publicar e controlar a efetivação do plano de trabalho anual.
- g) Aprovar o Plano de Ação Anual ou Planejamento Estratégico.
- h) Opinar sobre as diretrizes gerais de atuação do SISPREV/TO e solicitar providências e tarefas à Diretoria Executiva.
- i) Deliberar sobre a prestação de contas e os relatórios de execução orçamentária do SISPREV/TO.
- j) Aprovar as peças orçamentárias do SISPREV/TO.
- k) Analisar e fiscalizar o recolhimento das contribuições, os parcelamentos e a regularidade previdenciária do SISPREV/TO.
- l) Analisar e fiscalizar a aplicação do saldo dos recursos conforme Política de Investimentos.
- m) Aprovar a Política de investimentos e diretrizes de investimentos dos recursos do SISPREV/TO.
- n) Autorizar a aquisição, alienação, hipoteca ou gravamento de quaisquer ônus reais os bens móveis e imóveis do SISPREV/TO.
- o) Apreciar a Nota Técnica Atuarial e o Plano Anual de Custeio.
- p) Elaborar o relatório de prestação de contas.;

Todas as decisões proferidas pelo Conselho de Administração são registradas em ata e publicadas no saguão da Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni e no site do SISPREV/TO (<https://sisprevto.mg.gov.br/>).



3.2. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, é a instância de fiscalização do SISPREV/TO. Suas responsabilidades estão estabelecidas na Lei Municipal nº 7.656 de 23 de agosto de 2022 e no seu Regimento Interno aprovado em 29 de agosto de 2025.

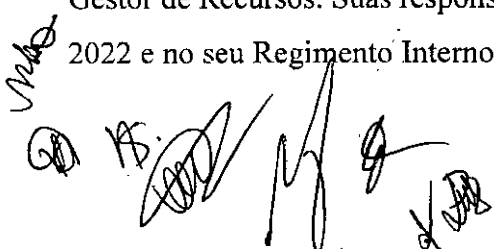
Os conselheiros reúnem-se ordinariamente uma vez a cada 02 (dois) meses e são responsáveis por:

- a) Aprovar o calendário de reuniões bimestral;
- b) Convocar os membros do Conselho para a reunião ordinária bimestral com a presença da maioria dos membros;
- c) Realizar a reunião ordinária bimestral com a presença da maioria dos membros;
- d) Excepcionalmente, convocar os membros do Conselho para a reunião extraordinária e organizar a pauta da reunião.
- e) Aprovar ou reformular o Regimento próprio do Conselho Fiscal;
- f) Elaborar, publicar e controlar a efetivação do plano de trabalho anual;
- g) Emitir parecer sobre balanços e prestações de contas anuais e balancetes mensais;
- h) Proceder à verificação de caixa, quando entender oportuno;
- i) Atender às consultas e solicitações que lhe forem submetidas pelo Conselho de Administração e pelo Prefeito Municipal ou qualquer servidor outro interessado;
- j) Examinar as prestações de contas dos servidores responsáveis por bens e valores do SISPREV/TO, opinando a respeito;
- k) Analisar e fiscalizar o recolhimento das contribuições, os parcelamentos e a regularidade previdenciária do SISPREV/TO.

Todas as decisões proferidas pelo Conselho Fiscal são registradas em ata e publicadas no saguão da Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni e no site do SISPREV/TO (<https://sisprevto.mg.gov.br/>).

3.3. Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos, é o colegiado responsável pelas alocações do SISPREV/TO junto com seu Gestor de Recursos. Suas responsabilidades estão estabelecidas na Lei Municipal nº 7.656 de 22 de agosto de 2022 e no seu Regimento Interno aprovado em 27 de julho de 2023 pelo Conselho de Administração.



Os membros do Comitê se reúnem-se ordinariamente no mínimo uma vez por mês e são responsáveis por:

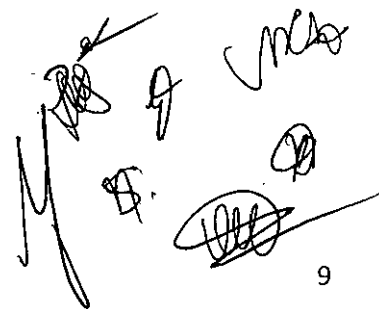
- a) Aprovar o calendário de reuniões mensais.
- b) Elaborar, publicar e controlar a efetivação do plano de trabalho anual.
- c) Convocar os membros do Comitê para a reunião ordinária mensal e organizar a pauta da reunião.
- d) Realizar a reunião ordinária mensal com a presença da maioria dos membros.
- e) Excepcionalmente, convocar os membros do Comitê para a reunião extraordinária e organizar a pauta da reunião.
- f) Aprovar ou reformular o Regimento próprio do Comitê de Investimentos.
- g) Discutir e propor mudanças na Política de Investimentos.
- h) Acompanhar e debater a performance alcançada pelos investimentos.
- i) Tomar decisões sobre a gestão dos recursos com base no cenário econômico, execução orçamentária do SISPREV/TO, riscos e liquidez.
- j) Assegurar o enquadramento dos ativos de acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional e a Política Anual de Investimentos.
- k) Analisar documentação e emitir parecer quanto ao credenciamento de novas instituições financeiras.
- l) Emitir parecer mensal referente ao acompanhamento das rentabilidades e riscos dos investimentos e remeter à apreciação do Conselho Fiscal do SISPREV/TO.
- m) Elaborar a Política de Investimentos Anual e remeter para apreciação do Conselho de Administração.
- n) Promover eventos que propiciem a divulgação dos investimentos do SISPREV/TO.

Todas as decisões proferidas pelo Comitê de Investimentos são registradas em ata e publicadas no saguão da Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni e no site do SISPREV/TO (<https://sisprevto.mg.gov.br/>).

4. Prestadores de Serviços Relacionados à Gestão dos Recursos

Conforme previsto na Resolução CMN nº 5.272/2025, poderá o SISPREV/TO contratar prestadores de serviços relacionados à gestão dos recursos, desde que respeitado as seguintes premissas:

- Seja pessoa jurídica, e, quando aplicável, seja observado as especificações da Comissão de Valores Mobiliários;
- Não figure como emissor de ativos;



9

- Não atue na originação e estruturação de produtos investidos, exceto eventuais empréstimos consignados concedidos a partir dos recursos próprios do SISPREV/TO aos seus servidores vinculados;
- Não receba qualquer remuneração, benefício ou vantagem que potencialmente prejudique a independência dos serviços prestados.

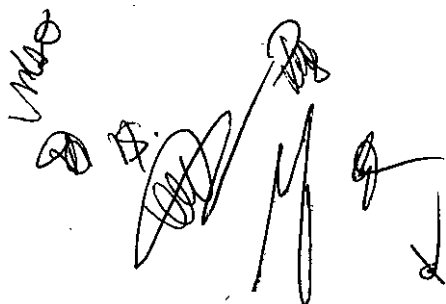
A seleção dos prestadores de serviços poderá ocorrer por meio de processo licitatório, contratação direta, credenciamento ou conforme a legislação aplicável.

4.1. Consultoria de Valores Mobiliários

As empresas contratadas para assessoramento, análises, elaboração de relatórios ou fornecimento de qualquer outro tipo de informação que auxilie o processo decisório de investimentos do SISPREV/TO deverá atender cumulativamente os seguintes critérios: registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e registro no respectivo Conselho Regional de Economia. Além dos registros mencionados, as empresas contratadas deverão comprovar:

- Aptidão para a execução da consultoria mediante apresentação de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público;
- Que possui equipe técnica composta por no mínimo 1 (um) consultor de valores mobiliários, com no mínimo uma das certificações financeiras reconhecida pela Comissão de Valores Mobiliários descritas no anexo "A" da Resolução CVM nº 19/2025 e 1 (um) economista com registro no CORECON;
- Que os profissionais fazem parte do quadro permanente da empresa, mediante cópia autenticada da carteira de trabalho, da Ficha de Registro do Empregado, contrato de prestação de serviços ou, em caso de sócios da empresa, cópia da Certidão Simplificada da Junta Comercial/Contrato Social ou livro de acionistas.

Compete à Consultoria de Valores Mobiliários, a elaboração de relatórios semanais, mensais, trimestrais, semestrais e anuais de cenários econômicos.



Mensalmente, a consultoria deve elaborar relatórios gerencias do portfólio, resumos do portfólio e apuração financeira das movimentações realizadas ao longo do mês imediatamente anterior de forma a subsidiar os membros do Comitê de Investimentos em suas reuniões.

Quando demandada por membros do Comitê de Investimentos, a consultoria poderá elaborar pareceres de ativos financeiros elegíveis para investimentos pelo SISPREV/TO. A decisão de investimentos compete única e exclusivamente aos órgãos colegiados do SISPREV/TO, mesmo que tenha parecer favorável da consultoria.

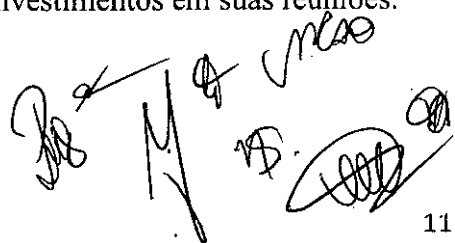
4.2. Administração e Controladoria dos Empréstimos Consignados

Considerando que o empréstimo consignado realizado a partir dos recursos do SISPREV/TO aos seus servidores vinculados é uma modalidade de investimento previsto na Resolução CMN nº 5.272, poderá o SISPREV/TO contratar empresas para administração e controle da modalidade, desde que atenda cumulativamente os seguintes critérios: registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e registro no respectivo Conselho Regional de Administração. Além dos registros mencionados, as empresas contratadas deverão comprovar:

- Aptidão para a execução da administração e controle de empréstimos consignados mediante apresentação de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público;
- Que possui equipe técnica composta por no mínimo 1 (um) administrador com registro no CRA, 1 (um) atuário com registro MIBA, 1 (um) advogado com registro na OAB, 1 (um) contador com registro no CRC e 1 (um) economista com registro no CORECON;
- Que os profissionais fazem parte do quadro permanente da empresa, mediante cópia autenticada da carteira de trabalho, da Ficha de Registro do Empregado, contrato de prestação de serviços ou, em caso de sócios da empresa, cópia da Certidão Simplificada da Junta Comercial/Contrato Social ou livro de acionistas;

Compete a empresa de administração e controladoria dos empréstimos consignados, a elaboração de diretrizes de concessão de crédito, estudos técnicos de viabilidade dos empréstimos consignados, minutas de contratos de empréstimos e minutas de convênios com entes vinculados.

Mensalmente, a empresa deverá elaborar relatórios gerencias, analíticos e contábeis das operações em aberto, de forma a subsidiar a diretoria executiva, conselhos e comitê de investimentos em suas reuniões.





Cabe à empresa, apenas a verificação de elegibilidade dos tomadores. A decisão de emprestar compete única e exclusivamente à diretoria executiva do SISPREV/TO.

É vedado à empresa assediar ou pressionar os servidores para tomar crédito, de forma expressa ou implicitamente, por meio de telemarketing, de forma publicitária ou não.

4.3. Prestação de Serviço de Administração de Carteira

O SISPREV/TO irá adotar o modelo de gestão próprio, onde as aplicações serão realizadas diretamente pelo gestor de recursos em conjunto com o Comitê de Investimentos.

Entretanto, em caso de alteração desta Política de Investimentos para adoção do modelo terceirizado ou misto, a contratação de prestadores de serviço de gestão recairá sobre empresa autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Banco Central do Brasil, além de comprovar:

- Que possui política de gerenciamento de riscos consistente e passível de verificação;
- Que possui meios de fundamentar efetivamente o processo decisório de investimentos, e, quando aplicável, que considere os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, ambiental, social e de governança dos investimentos;
- Que adquirirá somente ativos compatíveis com esta Política de Investimentos e com o passivo atuarial deste RPPS;
- Que cumpra os limites e requisitos previstos na Resolução CMN nº 5.272, os parâmetros estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento deste RPPS, bem como, atenda as exigências da Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central do Brasil;
- Que possua recursos humanos, computacionais e estrutura adequados e suficientes para prestação dos serviços de administração de carteiras.

Mensalmente, a administradora de carteira deve elaborar relatórios gerenciais do portfólio, resumos do portfólio e apuração financeira das movimentações realizadas ao longo do mês imediatamente anterior de forma a subsidiar os membros do Comitê de Investimentos em suas reuniões.

Quando demandada por membros do Comitê de Investimentos, a administradora de carteira deverá elaborar pareceres sobre os investimentos realizados e fornecer qualquer documentação adicional demandado pela diretoria executiva.



A contratação do serviço de carteira administrada deverá ser mediante processo licitatório.

4.4. Demais Prestadores de Serviços Relacionados à Gestão de Recursos

Os demais participantes diretos ou indiretos relacionados ao processo de investimentos SISPREV/TO tais como: gestoras de recursos vinculadas à fundos investidos, administradoras de recursos vinculadas à fundos investidos, custodiantes e distribuidores, deverão ser credenciados previamente a qualquer aplicação financeira, devendo estes credenciamentos, possuírem validade de no máximo 24 meses.

4.4.1. Critérios Para Credenciamento

Para serem credenciadas, será observado no mínimo critérios como o histórico e a experiência de atuação da instituição, o volume de recursos sob gestão, administração, distribuição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, o padrão ético, de conduta e no caso de gestores de recursos, a aderência da rentabilidade dos investimentos à indicadores de desempenho. Outros pontos que serão considerados:

- Atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;
- Observação de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro;
- Possuir regularidade fiscal e previdenciária.

Além de atenderem os requisitos necessários da Resolução CMN nº 5.272, os prestadores de serviço deverão preencher os requisitos, conforme edital de credenciamento a ser disponibilizado no endereço eletrônico do Instituto.

O credenciamento do participante não obriga o SISPREV/TO a alocar recursos junto à instituição credenciada.

5. Meta de Rentabilidade e Diretrizes Para a Gestão dos Recursos

O SISPREV/TO irá adotar a atual meta atuarial como meta de rentabilidade para 2026. A princípio, não há relação entre a meta atuarial e o valor expresso como *benchmark* da política de investimentos, já que a primeira tem como padrão a taxa de juros a termo e a segunda deve refletir o resultado esperado da carteira no exercício.

Considerando que a meta atuarial é utilizada para descontar a valor presente todo o passivo atuarial e dimensionar o patrimônio mínimo necessário para cobertura dos compromissos ao longo do tempo, ela também será utilizada como meta de rentabilidade, qual seja, IPCA + 5,57%.

5.1. Negociação e Precificação dos Ativos

Em atendimento à Resolução CMN nº 5.272, as operações com ativos financeiros de renda fixa serão realizadas, preferencialmente, através das Plataformas Eletrônicas autorizadas pelos órgãos reguladores. Essa iniciativa tem como finalidade melhorar a eficiência na formação do preço justo, dar mais transparência e impessoalidade à negociação, dar mais segurança operacional e permitir maior controle nos registros da operação. Para tanto, além das alocações feitas através da rede de agências bancárias, poderá este RPPS credenciar DTVM e CTVM para acessar tais plataformas.

Sobre a precificação dos ativos, será realizada da seguinte forma:

Ativo	Tipo		
	Valor até o vencimento	Valor em mercado	Cotação
Renda Fixa	A precificação será determinada pela correção do valor principal, corrigido pela taxa contratada, calculada pró-rata e deduzidas as provisões. Um título somente poderá ser mantido até o vencimento se suportado por estudo atuarial, ALM ou legislação específica.	A precificação será determinada com base em fonte auditável e transparente comumente utilizada pelo mercado (p.ex.: [B]3, ANBIMA), de modo a reproduzir eficientemente o respectivo valor do título objeto da precificação.	A precificação será determinada pelo administrador do respectivo fundo e auditada por empresa especializada.
Renda Variável	N/A	A precificação será determinada considerando o valor de cotação do ETF em bolsa de valores.	A precificação será determinada pelo administrador do respectivo

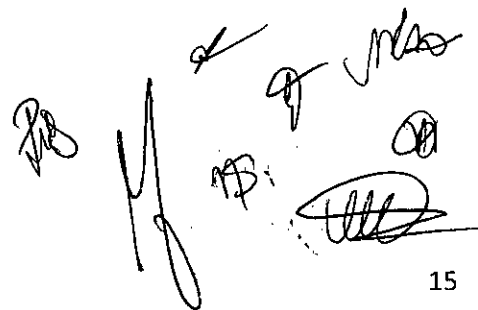
			fundo e auditada por empresa especializada.
Estruturado e/ou Multimercado	N/A	A precificação será determinada considerando o valor de cotação do FII em bolsa de valores.	A precificação será determinada pelo administrador do respectivo fundo e auditada por empresa especializada.

Em situações de empréstimos realizados a partir dos recursos do SISPREV/TO junto aos servidores vinculados, a precificação será através do saldo devedor, determinado considerando a taxa do empréstimo calculada pró-rata, registrando as entradas e saídas ocorridas no período.

5.2. Avaliação de Desempenho

O Comitê de Investimentos, em conjunto com o gestor de recursos, como forma de avaliar a evolução das aplicações e a diversificação do portfólio, examinará no mínimo três tipos de relatórios de forma mensal: apuração, resumo de carteira e relatório de investimentos.

- Apuração do Resultado Financeiro. Este relatório deverá apresentar as movimentações, os saldos inicial e final e o resultado obtido com cada ativo da carteira no decorrer do mês de referência do relatório.
- Resumo da Carteira de Investimentos. Este relatório deverá apresentar a composição da carteira do SISPREV/TO por instituição financeira e por segmento de investimentos. Além de expor o histórico de rentabilidade e a evolução do patrimônio do SISPREV/TO.
- Relatório Gerencial da Carteira de Investimentos. Este deverá ser um relatório completo que contenha informações sobre risco, retorno, composição e custos da carteira. De maneira detalhada, neste relatório será apresentado: (i) composição da carteira por ativos e por instituição; (ii) características de liquidez e custos dos ativos da carteira; (iii) informações sobre o desempenho e o risco dos investimentos; (iv) movimentações financeiras realizadas no decorrer do mês; (v) análise do enquadramento dos investimentos à legislação vigente; e, (vi) comentários do contexto econômico do mês de referência do relatório.



5.2.1. Metodologias Para Avaliação de Desempenho

Os indicadores utilizados para avaliar o desempenho do portfólio serão: *Alfa de Jensen*, *Índice de Sharpe*, *Índice de Treynor* e o *Tracking Error*, ambos deverão ser expressos com valores mensais, nos últimos 3 meses e últimos 12 meses para melhor compreensão.

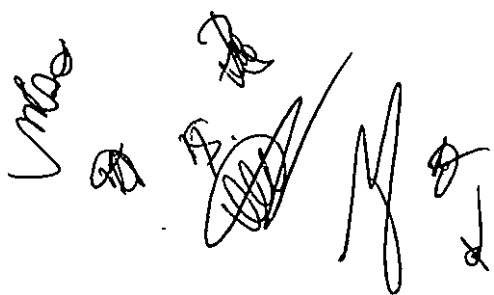
O *Alfa de Jensen* é uma medida do desempenho, indicando uma boa performance caso o coeficiente seja significativamente positivo. Valores próximos de zero (tanto positivos quanto negativos) são neutros, devendo ser desconsiderados. Um coeficiente significativamente negativo aponta que o risco do ativo não tem se convertido em maiores retornos.

O *Índice de Sharpe* avalia o prêmio (retorno) obtido pelo portfólio para cada unidade adicional de risco (volatilidade) assumido. O valor do índice é dado pela relação entre o excesso de retorno obtido pelo portfólio sobre o ativo livre de risco (CDI) e a volatilidade do investimento. Valores positivos indicam que o risco incorrido pela carteira foi convertido em retorno, ao passo que valores negativos demonstram que o CDI superou a rentabilidade da carteira no período analisado.

O *Índice de Treynor* é similar ao *Sharpe*, porém, utiliza o risco do mercado (Beta) no cálculo em vez da volatilidade do portfólio. Valores negativos indicam que o portfólio teve rentabilidade menor do que a alcançada pelo mercado.

O *Tracking Error* mensura a capacidade de um portfólio em replicar o desempenho de seu *benchmark* — neste caso, a meta atuarial. Em termos práticos, o indicador avalia a dispersão dos retornos do portfólio em relação à referência. Assim, quanto menor o valor do *Tracking Error*, maior a aderência entre o desempenho do investimento e a meta atuarial no período analisado.

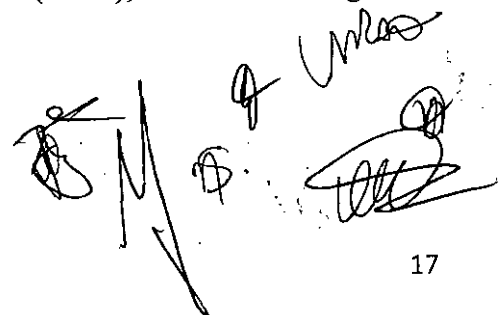
Indicador	Dados a serem pesquisados		
	Mensal	3 Meses	12 Meses
<i>Alfa de Jensen</i>	Maior que 0,05		
<i>Índice de Sharpe</i>	Maior que 1		
<i>Índice de Treynor</i>	Maior que 1		
<i>Tracking-Error</i>	Mais próximo de 0 (zero)		



5.3. Avaliação de Risco

A avaliação, gerenciamento e acompanhamento dos riscos será feito por ativos e será executada de acordo com a legislação e com as diretrizes estabelecidas na presente Política de Investimentos. Os principais riscos a serem observados são:

- Risco de Mercado. Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes de variações adversas nas condições de mercado, tais como oscilações nas taxas de juros, nos índices de preços, nas taxas de câmbio e nos preços dos ativos, que impactam diretamente o valor dos investimentos que compõem a carteira do SISPREV/TO.
- Risco de Crédito. Caracteriza-se pela possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da incerteza quanto ao recebimento dos valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos. Com o objetivo de mitigar esse risco e em conformidade com os limites estabelecidos pela Resolução 5.272/2025, o SISPREV/TO adota o limite máximo de até 5% por emissor quando se tratar de uma mesma instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, classificada como Segmento 1 (S1) ou Segmento 2 (S2), e de até 2,5% para emissores enquadrados nos demais segmentos. Adicionalmente, a análise de risco de crédito considera o fluxo de caixa projetado dos emissores, as perspectivas para o negócio e para o próprio emissor, bem como as características das emissões, incluindo prazos, condições de amortização, taxas de juros e garantias. Nos investimentos indiretos realizados por meio de fundos de investimento, nos quais o gestor possui discricionariedade na alocação dos recursos, a avaliação do risco de crédito é realizada com base nas restrições, critérios e condições previstos no regulamento ou no mandato do fundo.
- Risco de Liquidez. Caracteriza-se pela possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da incapacidade de realizar transações no prazo necessário para o cumprimento das obrigações do SISPREV/TO, sem perda relevante de valor dos ativos. Com o objetivo de mitigar o risco de liquidez de curto prazo, o SISPREV/TO manterá, no mínimo, 50% de seus recursos alocados em fundos de investimento, de qualquer natureza, com liquidez em D+0. A alocação superior a 50% do portfólio em fundos com liquidez distinta de D+0 somente será admitida mediante a realização de estudos de Asset Liability Management (ALM), de forma a assegurar a



adequada compatibilização entre os fluxos de investimentos e as obrigações do SISPREV/TO, preservando o equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

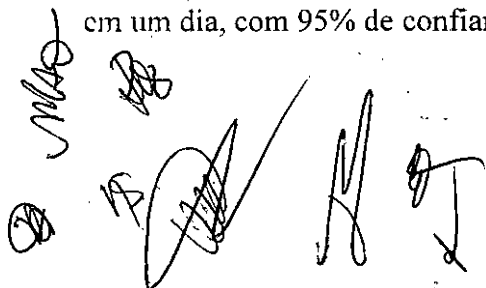
- Risco Sistêmico. Refere-se à possibilidade de ocorrência de choques no sistema financeiro capazes de se propagar de forma ampla pela economia, afetando significativamente as taxas de juros, as taxas de câmbio e os preços dos ativos em geral. Esse risco decorre, por exemplo, de eventos pontuais como a insolvência de instituições financeiras relevantes, que podem desencadear efeitos em cadeia e comprometer o funcionamento do sistema financeiro como um todo. Com o objetivo de reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse tipo de risco, o gestor de recursos do SISPREV/TO realiza análises periódicas das condições de mercado e de cenários econômicos domésticos e internacionais, apresentando-as mensalmente ao Comitê de Investimentos. Adicionalmente, a alocação dos recursos observa critérios de diversificação entre classes de ativos, buscando mitigar a exposição do SISPREV/TO a eventos de crise sistêmica.
- Risco de inflação. O risco de inflação caracteriza-se pela probabilidade de um índice de inflação, por exemplo o IPCA, ultrapassar os limites do intervalo de tolerância de uma meta estabelecida, prejudicando principalmente a rentabilidade de ativos pré-fixados e o cumprimento da meta atuarial dos RPPS.

5.3.1. Metodologias Para Avaliação de Riscos

Os indicadores utilizados para mensuração dos riscos dos ativos serão: cálculo da volatilidade, cálculo do *Value at Risk* (VaR) e *Drawdown*, ambos deverão ser expressos com valores mensais e nos últimos 12 meses para melhor compreensão.

A volatilidade representa o desvio padrão dos retornos de um ativo, sendo, portanto, uma medida da dispersão dos retornos em torno de sua média no período analisado. Quanto maior a volatilidade, maior a incerteza e o risco, pois os preços do ativo tendem a se afastar mais do seu valor médio.

O VaR, por sua vez, estima a perda máxima esperada de um investimento em um determinado horizonte de tempo, dado um nível de confiança. Neste caso, o VaR é calculado para mensurar a perda máxima esperada em um dia, com 95% de confiança.



O *Drawdown* mede o risco associado à queda de valor de um investimento, capturando o declínio desde o ponto máximo até o ponto mínimo atingido em determinado período. O cálculo considera a desvalorização acumulada até que um novo pico seja alcançado, de modo que o menor valor da série represente a maior perda ocorrida no intervalo analisado.

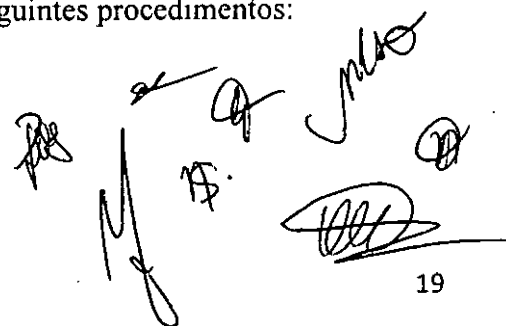
Tipo do Ativo	Volatilidade		Draw		Desvalorização	
	No mês	12 Meses	No mês	12 Meses	No mês	12 Meses
Renda Fixa	Até 2%	Até 4%	Até 4%	Até 3%	Até 4%	Até 8%
Renda Variável	Até 5%	Até 10%	Até 7%	Até 15%	Até 10%	Até 20%
Multimercado	Até 3%	Até 5%	Até 5%	Até 4%	Até 6%	Até 10%

Além disso, serão realizados mensalmente o cálculo do Beta do portfólio e a aplicação de testes de estresse como instrumentos de monitoramento do risco de mercado. O Beta mensura o grau de risco não diversificável da carteira, refletindo sua sensibilidade às variações do mercado como um todo, sendo calculado com base no Índice Ibovespa como proxy de mercado e no CDI como ativo livre de risco. De forma complementar, o *Stress Test* do portfólio será conduzido mensalmente a partir de um histórico mínimo dos últimos 24 meses, possibilitando a avaliação do comportamento da carteira em cenários adversos e a mensuração de sua resiliência frente a choques de mercado.

5.4. Plano de Contingência

Considerando a transição normativa e a ausência do pró gestão no nível compatível com as aplicações financeiras em data futura, o SISPREV/TO possui um prazo legal de até dois anos para o desinvestimento ordenado dos ativos não elegíveis pela nova resolução. Este processo será conduzido de forma a evitar perdas patrimoniais severas, monitorando janelas de liquidez e vedando terminantemente novos aportes em ativos desenquadrados. O monitoramento será reportado trimestralmente ao Conselho de Administração, garantindo que, ao final do período de transição, a carteira esteja integralmente composta por ativos de baixo risco, adequados à atual capacidade de governança institucional do regime

Adicionalmente, em situações em que os limites definidos tenham sido extrapolados, o gestor de recursos deverá convocar os membros do Comitê de Investimentos para deliberar sobre o resgate imediato ou manutenção do ativo desenquadrado. Desse modo, são estabelecidos os seguintes procedimentos:

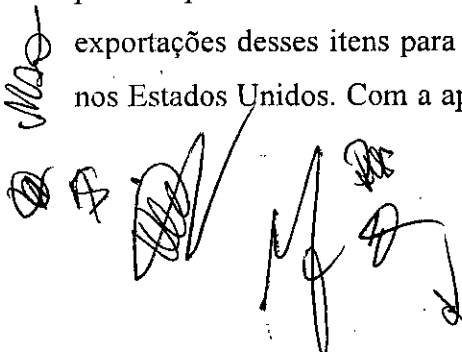


- Desenquadramento em relação aos limites de alocação ou demais exigências da Portaria CMN nº 5.272. Por meio da consolidação mensal do portfólio, será analisado o enquadramento dos investimentos em relação à legislação vigente e aos limites estabelecidos por essa Política de Investimentos. Desse modo, quando forem identificadas situações de desenquadramento, os responsáveis pela gestão dos recursos do SISPREV/TO deverão apurar as causas para o desenquadramento, suspender a aplicação de recursos no ativo ou classe de ativo desenquadrados e tomar as medidas necessárias para o reenquadramento do portfólio.
- Desenquadramento em relação as métricas de performance e risco. O gestor de recursos é responsável direto pelo acompanhamento e evolução das medidas empregadas. Caso seja identificada uma exposição excessiva a algum fator de risco, ou sejam observadas variações anormais ou a elevação dos fatores de riscos, o gestor de recursos deverá convocar uma reunião com o Comitê de Investimentos para a avaliação dos ajustes pertinentes na carteira. A sugestão de ajuste será proposta pelo gestor de recursos e submetida à votação do Comitê de Investimentos sobre o resgate ou manutenção do ativo, desta reunião, lavrar-se a uma ata circunstanciada sobre as decisões.

6. Cenário Macroeconômico

6.1. Cenário Base Interno

O ano de 2025 foi bastante turbulento para a economia brasileira. Dois temas que têm dominado o debate público e elevado o nível de incerteza são as tarifas impostas pelos Estados Unidos sobre as importações do Brasil e a indefinição em torno da alternância de poder nas eleições nacionais de 2026. Usando como justificativa a alegada perseguição política ao ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, bem como práticas econômicas consideradas desleais — como o Pix e a pirataria, que afetariam empresas americanas — o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, impôs uma sobretaxa de 50% sobre produtos brasileiros, com 694 exceções que incluem aeronaves civis, suco e polpa de laranja e combustíveis, todos itens relevantes da pauta exportadora brasileira. Apesar de outros produtos, como soja e carne, ficarem de fora da medida, as exportações desses itens para outros mercados têm crescido, compensando parcialmente a perda de espaço nos Estados Unidos. Com a aproximação entre Lula e Trump após a cúpula da ASEAN, houve a publicação

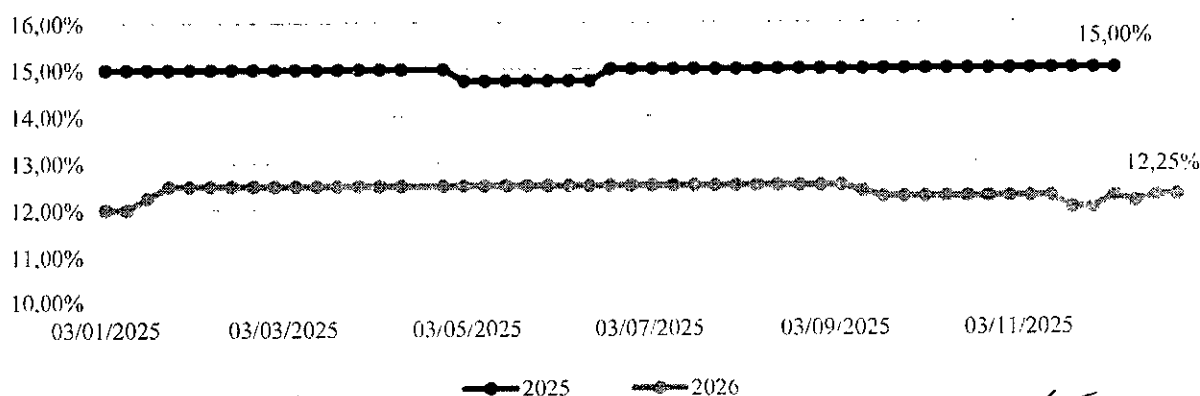


de duas ordens executivas dos EUA no mês de novembro, suspendendo as tarifas sobre mais de 200 produtos brasileiros.

O debate sobre a sucessão presidencial também ganhou novos contornos. Em uma declaração recente, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse que não pretende ser candidato à presidente da república. Com a inelegibilidade do ex-presidente Bolsonaro, seguida pela prisão após danificar a tornozeleira eletrônica, Tarcísio era o principal nome da direita para fazer frente ao atual presidente, Lula (PT). Agora, o nome do senador Flávio Bolsonaro é considerado o candidato para fazer frente a atual administração federal. As pesquisas eleitorais mais recentes indicam que o líder petista venceria em todos os cenários contra os demais candidatos, com algumas apontando empate técnico com o filho do ex-presidente. Analistas apontam que, dependendo do resultado em 2026, ativos de renda variável podem registrar ganhos patrimoniais relevantes, especialmente diante da expectativa de queda de juros nos mercados americano e brasileiro. Por outro lado, um cenário alternativo seria o aumento da percepção de risco e uma redução mais lenta da taxa básica de juros no Brasil, em função das dificuldades e da falta de credibilidade no cumprimento das metas fiscais pelo governo federal.

No início de 2025, o Boletim Focus projetava a taxa Selic em 15,00% ao fim do ano. Apesar de uma leve queda de 0,25 ponto percentual entre abril e junho, as expectativas permaneceram estáveis até dezembro, confirmando com a última decisão do Comitê de Política Monetária (Copom). Para 2026, desde janeiro os agentes de mercado projetam uma Selic de 12,50% ao ano, com as últimas atualizações indicando 12,25% para o final do próximo ano. Considerando o tom adotado pelo Copom, a taxa de juros deve permanecer elevada por um período prolongado.

Gráfico 1: Expectativa Selic

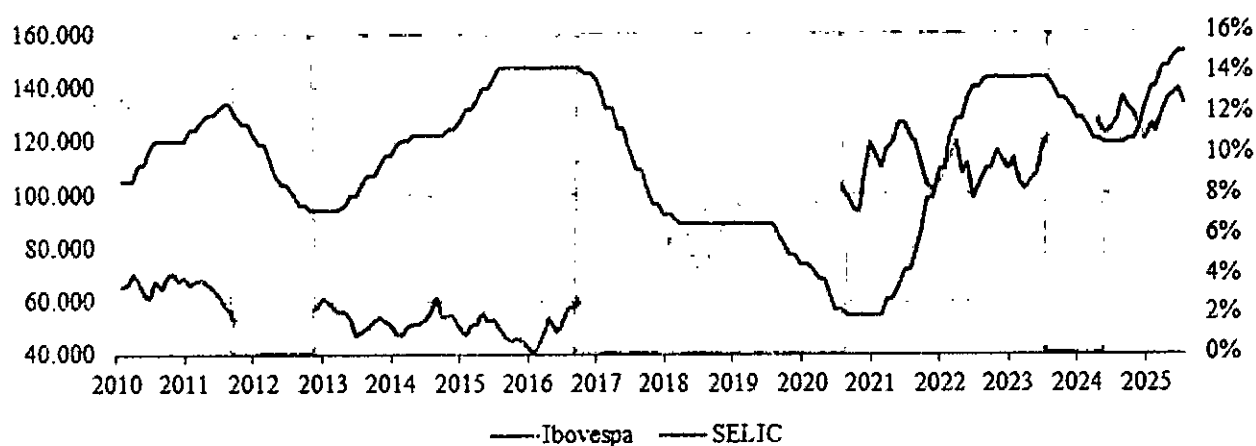


Assinaturas manuscritas

Fonte: Boletim Focus, elaborado por Mensurar Investimentos.

O nível atual de juros segue alinhado às expectativas do mercado para o curto e médio prazo. Embora fosse discutido quando o corte deverá acontecer, dados recentes do mercado de trabalho têm sustentado a ideia de manutenção na reunião de janeiro. Essa manutenção, além de conter o ritmo da economia — ainda impulsionada pelo mercado de trabalho aquecido — reforça a credibilidade da política monetária, que terá de enfrentar os desafios de um ano eleitoral em 2026, em meio aos temores de políticas que ampliem os gastos do governo. Com as expectativas de corte na Selic em 2026, o que se deve observar é um cenário mais favorável para a renda variável, que historicamente apresenta desempenhos positivos em momentos de redução do nível de juros.

Gráfico 2: Selic Meta x Ibovespa

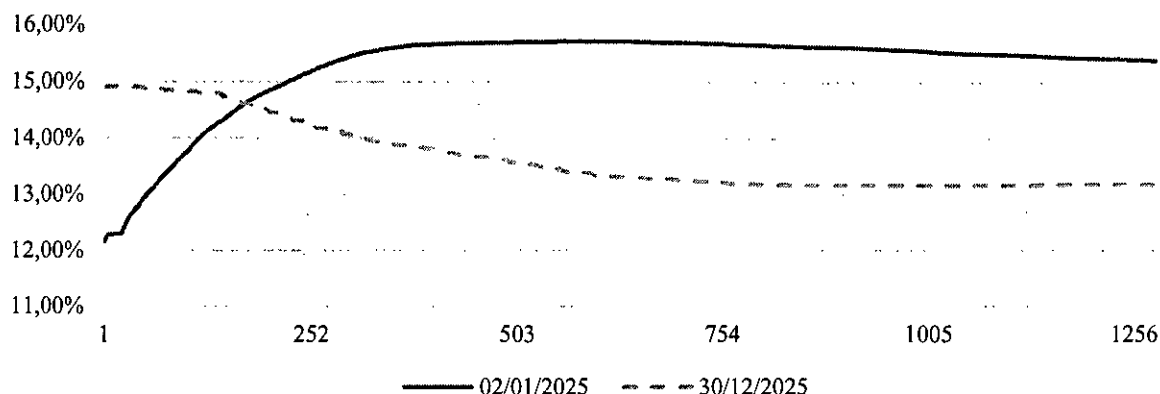


Fonte: BCB, Investing, elaborado por Mensurar Investimentos.

As taxas de juros futuras no Brasil registraram um aumento expressivo no curto prazo, enquanto no longo prazo a redução ocorreu em menor magnitude. O gráfico a seguir compara a curva DI x Pré mais recente com aquela observada no início de 2025.

Gráfico 3: Curva DI x Pré

Handwritten signatures and initials at the bottom left of the page.

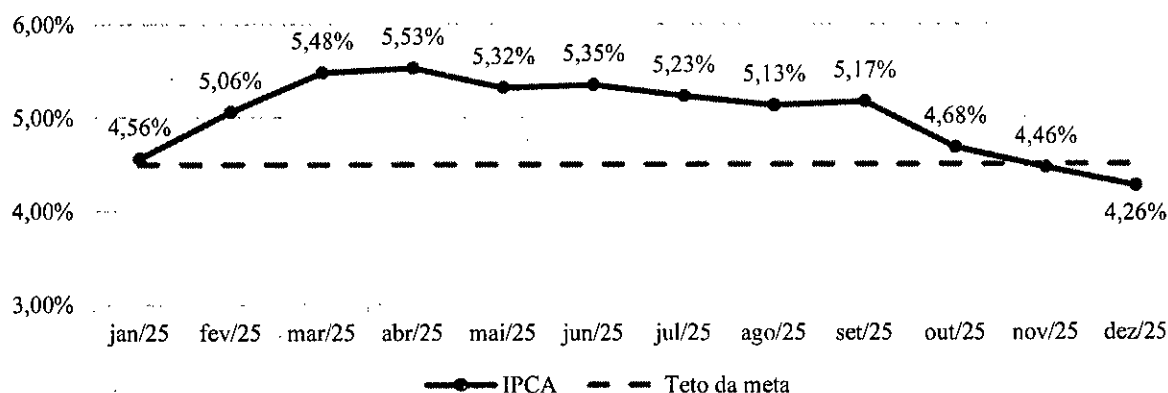


Fonte: B3, elaborado por Mensurar Investimentos.

Percebe-se uma abertura da curva no curto prazo, acompanhada de expectativa de redução no longo prazo, movimento que reflete o cenário adverso atual e a perspectiva de normalização mais adiante.

Em 2024, a inflação encerrou o ano em 4,83%, acima do teto definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para 2025, a meta de inflação é de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual, o que estabelece um limite superior de 4,5%. O IPCA acumulado em 12 meses fechou 2025 em 4,26%, após registrar aumento de 0,31% em dezembro. Apesar do resultado colocar a inflação dentro do teto da meta estipulada pelo CMN, a persistência da inflação de serviços reforça o ciclo de manutenção de juros elevados pela Selic.

Gráfico 4: Inflação acumulada de 12 meses



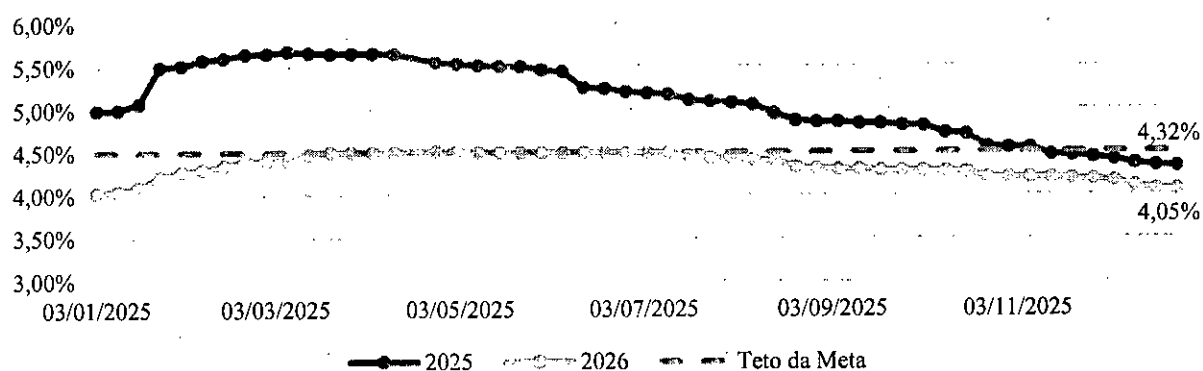
Fonte: IBGE, elaborado por Mensurar Investimentos.

O mercado projetava, até meados de novembro, que a meta de inflação não seria alcançada até o final de 2025, fechando apenas em 2026 dentro do intervalo de tolerância. Entretanto, a partir da segunda semana de novembro, já se esperava que a inflação terminasse 2025 dentro do intervalo da meta, o que foi efetivamente

[Assinaturas manuais]

observado. Em 2025, houve descumprimento da meta, após a mudança de critério que passou a considerar como violação os casos em que a inflação permanece fora dos limites por seis meses consecutivos. A figura abaixo apresenta a evolução das expectativas de inflação para o final de 2025 e 2026, de acordo com o Boletim Focus.

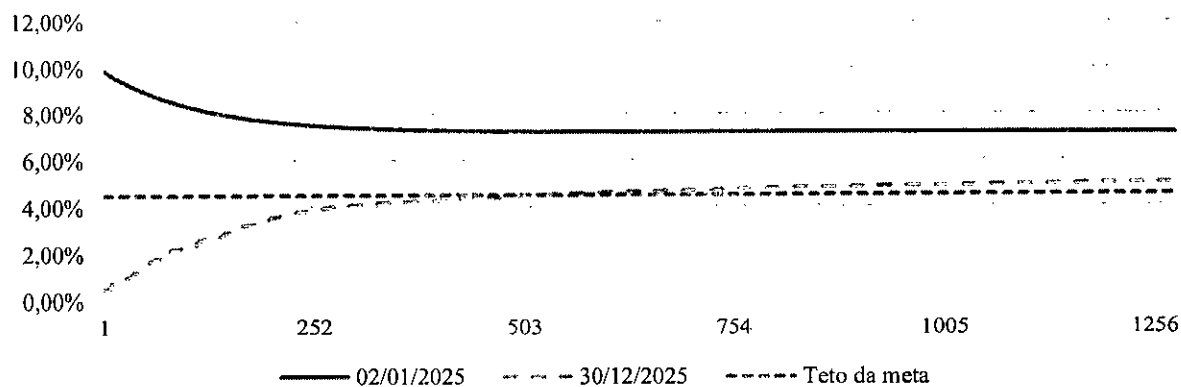
Gráfico 5: Expectativa IPCA



Fonte: Banco Central do Brasil, elaborado por Mensurar Investimentos.

Já a figura abaixo apresenta a inflação implícita para os próximos cinco anos, destacando dois momentos distintos: o início do ano e a leitura mais recente. Observa-se que, nesse intervalo, as expectativas inflacionárias melhoraram, permanecendo dentro do teto da meta em boa parte do período.

Gráfico 6: Inflação implícita

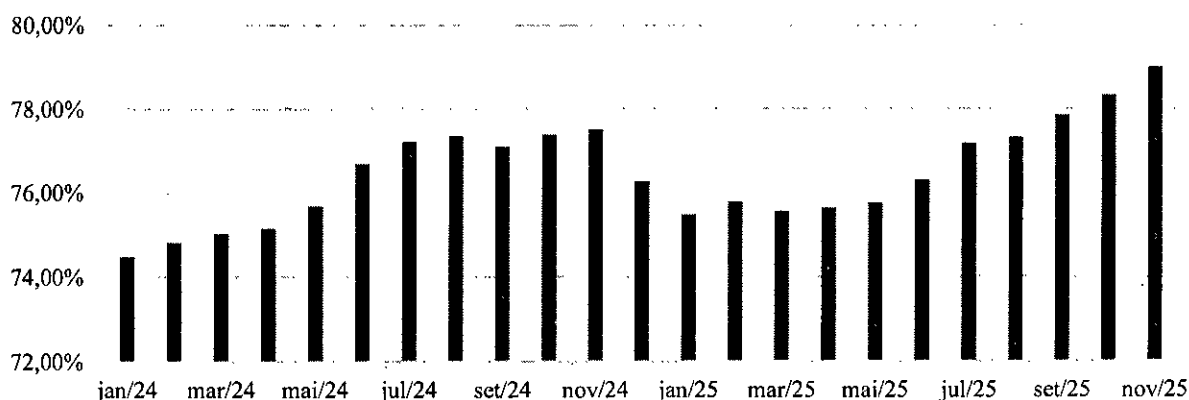


Fonte: Quantum Axis, elaborado por Mensurar Investimentos.

Num primeiro momento, havia incertezas quanto à postura do próximo presidente do Banco Central. As críticas do presidente Lula à instituição fizeram o mercado recear uma possível interferência política, mesmo após a promulgação da Lei Complementar nº 179/2025, que assegurou a independência da autarquia. Contudo, a atuação de Gabriel Galípolo como diretor de Política Monetária, marcada por declarações firmes em defesa do cumprimento da meta de inflação e por decisões unânimes do Comitê de Política Monetária (Copom) para manter juros elevados, trouxe alívio ao mercado, que temia a indicação de um perfil mais alinhado à ala esquerda do Partido dos Trabalhadores.

Se, por um lado, a política monetária do Banco Central se mostra em sintonia com o aquecimento econômico e com a inflação mais próxima da meta, por outro, a política fiscal do governo tornou-se motivo crescente de preocupação. Os gastos públicos permanecem em ritmo acelerado e, apesar do recorde de arrecadação, com alta real de 4,6% em julho de 2025 frente ao mesmo mês de 2024, influenciada pelo aumento do IOF, as despesas continuam a crescer. Segundo relatório da Instituição Fiscal Independente (IFI), vinculada ao Senado Federal, a dívida pública deve atingir 77,6% do PIB em 2025 e alcançar 82,4% em 2026. O gráfico a seguir ilustra a evolução da dívida pública como proporção do PIB desde janeiro de 2024.

Gráfico 7: Dívida bruta/PIB



Fonte: BCB, elaborado por Mensurar Investimentos.

O principal desafio da gestão atual é convencer o mercado de que o nível da dívida pública será estabilizado nos próximos anos. O Projeto de Lei Orçamentária de 2026 (PLOA), apresentado pelo governo federal, prevê superávit primário de R\$ 34,3 bilhões, equivalente a cerca de 0,25% do PIB. O documento também projeta despesas primárias de R\$ 2,428 trilhões. Para o crescimento econômico, a expectativa é de alta de 2,44% em 2026, acima dos 1,79% apontados na última edição do Boletim Focus.

[Handwritten signatures and initials]

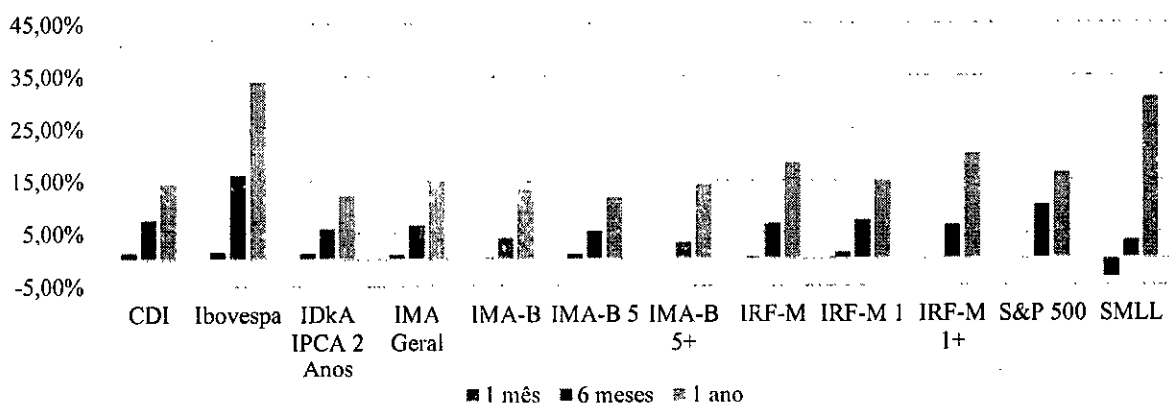
25

A principal preocupação, entretanto, está no ritmo de expansão das despesas, que devem passar de R\$ 3,195 trilhões em 2026 para R\$ 3,839 trilhões em 2029. Além disso, persistem temores de que o superávit primário não seja alcançado, dada a atual trajetória de gastos e a estratégia do governo em 2025, baseada sobretudo em aumentos de arrecadação — como no caso do IOF — sem medidas efetivas de contenção de despesas. O anúncio mais recente na área fiscal foi o lançamento do programa Gás do Povo, que prevê a distribuição gratuita de botijões para 15,5 milhões de famílias, com custo estimado de R\$ 3,57 bilhões.

Esse descompasso entre uma política monetária contracionista e uma política fiscal expansionista eleva o prêmio de risco, refletindo as incertezas quanto à sustentabilidade das contas públicas. Ainda assim, observa-se o fechamento da curva de juros de longo prazo, o que sinaliza que o mercado segue atribuindo credibilidade à condução da política monetária, que passou por mudança na presidência do Banco Central no início do ano, e confia em uma melhora gradual das expectativas fiscais e inflacionárias, como evidenciado nas últimas publicações do Boletim Focus.

O gráfico a seguir apresenta o desempenho dos principais benchmarks nos últimos 12 meses. Como reflexo do cenário conturbado, a maioria dos índices de renda fixa superou o Ibovespa no longo prazo, enquanto no curto e médio prazo ocorreu o inverso. A expectativa de cortes de juros, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, tem favorecido o movimento de alta no mercado acionário, que atingiu máxima histórica em 16 de setembro de 2025.

Gráfico 8: Retornos dos principais *benchmarks*¹

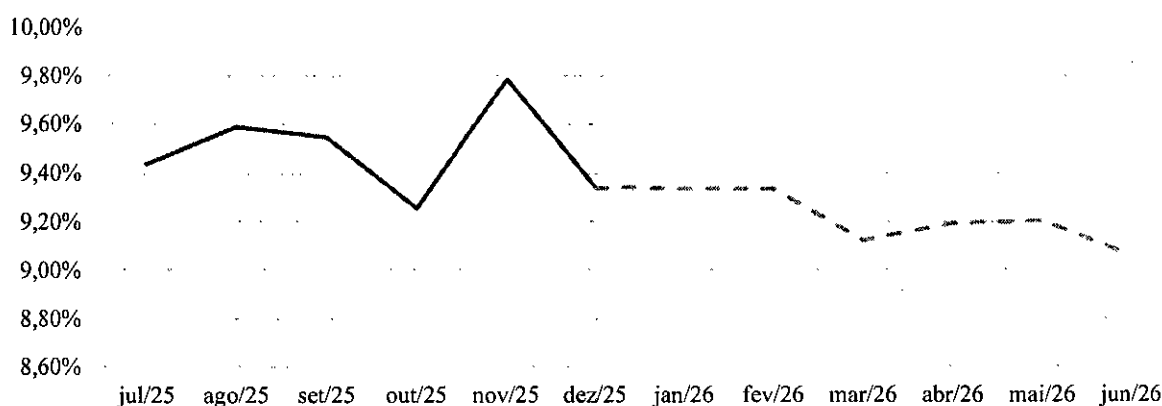


Fonte: Quantum Axis, elaborado por Mensurar Investimentos.

¹ Data de referência: 16/09/2025.

Ainda no campo favorável à renda fixa, o gráfico a seguir apresenta a projeção dos juros reais para os próximos 12 meses, com base nas expectativas dos contratos de DI futuro. Observa-se que os juros reais tendem a permanecer consistentemente acima de 8,50% ao ano ao longo do período analisado, superando 9% na maior parte do horizonte projetado.

Gráfico 9: Juros reais²



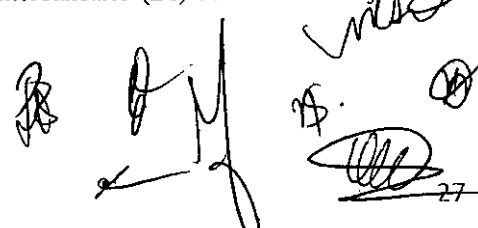
Fonte: BCB e B3, elaborado por Mensurar Investimentos.

Nesse contexto, não haveria necessidade de o RPPS incorrer em maiores riscos de mercado para atingir a meta atuarial, uma vez que, ex-ante, a taxa de juro real permanece consistentemente acima do limite da taxa de referência estabelecida pela SPREV. Ainda assim, analistas destacam que a bolsa brasileira pode se beneficiar da expectativa de queda da taxa básica de juros doméstica e de um possível aumento no diferencial de juros entre Brasil e Estados Unidos.

6.2. Cenário Base Externo

Nos Estados Unidos, a taxa básica de juros entrou em um ciclo de cortes, situando-se atualmente entre 3,50% e 3,75%. O Índice de Preços ao Consumidor (CPI), um dos principais balizadores da política monetária do Fed, registrou alta de 0,3% em dezembro, acumulando 2,7%% em 12 meses. Já o Índice de Preços ao Produtor (PPI) subiu 0,3% em setembro, após uma variação mensal negativa de -0,1% em agosto. As vendas no varejo se mantiveram estáveis, em 0,0% no mês de outubro. Entretanto, os dados do mercado de trabalho

² A previsão Focus calcula os juros *ex-ante* com base nas expectativas do Boletim Focus para as top 5 instituições de longo prazo. Já a previsão DI calcula os juros *ex-ante* considerando a taxa nominal do Depósito Interbancário (DI) de 1 ano como juros e a inflação implícita para o próximo ano como medida de inflação.



preocupam o mercado: o Relatório de Emprego (*Payroll*) não agrícola indicou criação de apenas 50 mil postos em dezembro, contra 56 mil em novembro, após revisão de 67 mil.

O aumento do diferencial de juros entre o Banco Central brasileiro e o Fed sugere um possível alívio para o câmbio. No entanto, as condições internas da economia brasileira continuam atuando na contramão. Com juros elevados no Brasil e redução nos EUA, uma eventual correção da política fiscal poderia valorizar o real frente ao dólar.

Além disso, a política tarifária dos Estados Unidos segue impactando o comércio global. O presidente Donald Trump anunciou uma série de tarifas, no dia chamado por ele como *Liberation Day*, com alíquotas mínimas de 10% e máximas de até 49% (como no Camboja), 34% (China) e 20% (União Europeia). A China respondeu com tarifas próprias, chegando a 125%, enquanto os EUA aplicaram até 145%, gerando tensões comerciais. Atualmente, existe uma trégua para negociação. Com outros parceiros, os EUA firmaram acordos significativos, como com o Japão (redução de tarifa de 25% para 15% e US\$ 550 bilhões em investimentos) e a União Europeia (redução de 30% para 15% e US\$ 600 bilhões em investimentos).

Após o *Liberation Day*, observou-se um descolamento do dólar, medido pelo índice DXY, em relação ao título público dos Estados Unidos de 10 anos, motivado pelo risco de inflação decorrente do maior custo das importações e de mudanças na dinâmica do comércio internacional, ainda que os novos acordos comerciais atuem para suavizar esse cenário. Considerando que há uma propensão histórica de recomposição da correlação entre o indicador e os títulos públicos, ao mesmo tempo em que uma eventual queda na taxa de juros doméstica tende a reduzir o diferencial de juros entre Brasil e Estados Unidos, é razoável esperar que o dólar volte a se valorizar frente ao real, refletindo o ajuste das condições macroeconômicas e o reposicionamento dos investidores diante do novo cenário de taxas, que hoje favorecem operações de *carry trade*.

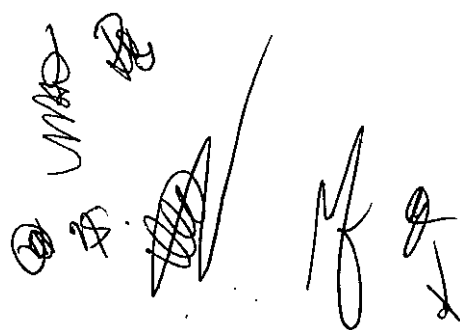
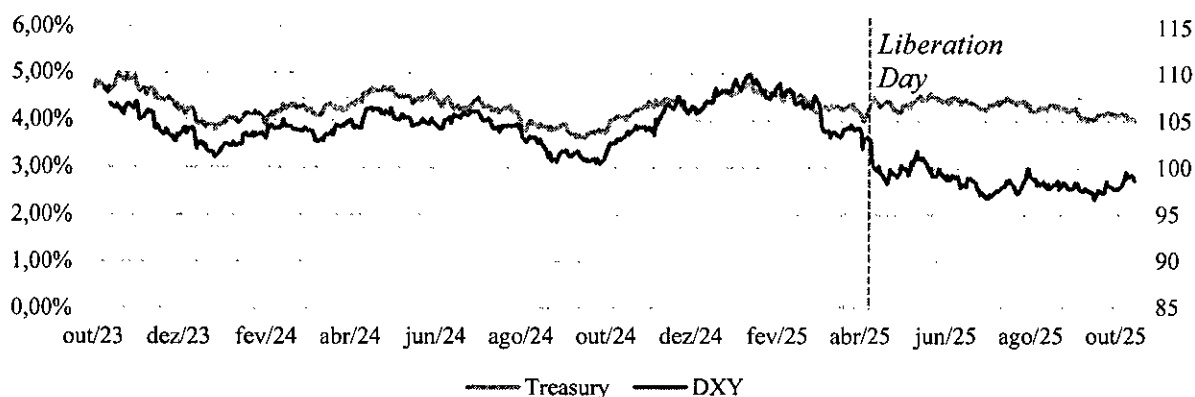


Gráfico 10: Juros americanos de 10 anos x Índice DXY.



Fonte: Investing, elaborado por Mensurar Investimentos.

Na China, o governo enfrenta pressão para adotar estímulos econômicos mais robustos. Pequim anunciou recentemente medidas para impulsionar o consumo de serviços, somando-se a programas anteriores, como o pacote de US\$ 41 bilhões lançado em março. Apesar da inflação anual registrada dezembro ser baixa, de 0,8%, a economia mostrou resiliência, com crescimento anualizado de 5,4% no primeiro trimestre e 5,2% no segundo trimestre de 2025. As tarifas americanas também contribuem para a retração da atividade e aumento das incertezas.

Na Europa, o Banco Central Europeu (BCE) manteve a taxa de depósitos em 2,00%, pelo quinto mês consecutivo. A inflação anual na Zona do Euro foi de 2,1% em no mesmo mês, alinhada à meta do bloco. O BCE adota postura cautelosa diante das incertezas internacionais, especialmente relacionadas às tarifas dos EUA e ao desempenho macroeconômico interno, mantendo as taxas relativamente estáveis. No Reino Unido, o Banco da Inglaterra reduziu a taxa de juros para 3,75% ao ano, com inflação anual em 3,2%, ligeiramente abaixo das expectativas. Um ponto de atenção na Europa é a situação da França, que enfrenta instabilidade política desde 2024, com cinco primeiros-ministros no período, dificuldades de governança do presidente Emmanuel Macron, greves e preocupações quanto ao controle da segunda maior dívida do bloco, afetando outros países da União Europeia.

Diante desse cenário global, espera-se que os ciclos de cortes de juros continuem entre os principais bancos centrais, incluindo o Fed. Esse movimento tende a atrair recursos para mercados emergentes, como o Brasil. No primeiro semestre de 2025, o saldo líquido de investimentos estrangeiros foi positivo em R\$ 33,8 bilhões, com expectativa de aumento devido à queda de juros nos EUA e ao enfraquecimento do dólar. Esse fluxo de capital estrangeiro pode impulsionar o Ibovespa, dado o forte peso de investidores externos na bolsa brasileira.

6.3. Cenários Alternativos

Diante da conjuntura apresentada, são apresentados dois cenários possíveis para 2026, um com viés positivo e outro com viés negativo.

- Cenário Otimista. Primeiramente, destaca-se um cenário otimista para a economia brasileira em 2026, com a atividade econômica mantendo-se vigorosa e superando as expectativas atuais.

Apesar do dinamismo da economia e do mercado de trabalho aquecido, a inflação permanece dentro da meta estipulada pelo Banco Central. Esse resultado reflete fatores como o desempenho robusto do agronegócio, que amplia a oferta de alimentos, e um cenário externo favorável, impulsionado pelos estímulos econômicos da China.

Nos Estados Unidos, uma trégua na guerra comercial com a China pode viabilizar uma redução mais consistente das taxas de juros, beneficiando diretamente as economias emergentes. Entretanto, ao considerar os cortes da Selic, o diferencial de juros sofrerá reduções, impactando nas operações de *carry trade* e, consequentemente, no câmbio.

Além disso, um compromisso claro do governo brasileiro com a contenção de gastos e o respeito ao novo arcabouço fiscal em ano eleitoral pode aliviar a pressão sobre os juros futuros, favorecendo a redução da taxa Selic.

No cenário internacional, espera-se um alívio nas tensões em conflitos como Rússia-Ucrânia e no Oriente Médio. Apesar do acirramento dos confrontos em 2025, 2026 pode ser marcado por um enfraquecimento das partes em disputa e maior estabilidade, especialmente em relação ao conflito envolvendo Israel e seus rivais históricos.

- Cenário Pessimista. Outra possibilidade é um cenário pessimista para a economia brasileira em 2026. Nesse contexto, haveria um agravamento na condução da política fiscal, com o governo deixando de cumprir o já frágil arcabouço fiscal, visando ganhos políticos para as eleições. Essa postura deterioraria ainda mais as expectativas do mercado em relação aos juros futuros, e a composição da dívida pública se agravaria, dificultando a rolagem da dívida pelo Tesouro Nacional. Ao mesmo tempo, a aceleração econômica decorrente da política fiscal exigiria uma postura mais rígida do Banco Central, reduzindo o ritmo de cortes da Selic.

No cenário internacional, o avanço de uma agenda protecionista poderia intensificar a guerra comercial entre Estados Unidos e China, elevando a inflação americana e interrompendo os cortes

de juros pelo Fed. Além disso, uma eventual escalada do conflito entre Rússia e Ucrânia impactaria diretamente o comércio internacional, afetando especialmente os preços do petróleo e a dinâmica produtiva global.

6.4. Projeções dos Cenários

A tabela abaixo apresenta a estimativa para as principais variáveis macro em cada um dos cenários citados.

	Cenário pessimista	Cenário base	Cenário otimista
Selic	14,75%	12,25%	10,75%
Inflação	4,92%	4,06%	3,35%
Juro real	9,37%	7,87%	7,16%
PIB	1,15%	1,80%	2,51%
Dívida bruta/PIB	83,00%	82,40%	80,61%
R\$ / US\$	R\$ 4,82	R\$ 5,50	R\$ 6,22
Resultado primário	-1,0%	0%	0,25%
Ibovespa	150.000	185.000	195.000
S&P 500	6.500	7.100	8.000

Os valores do cenário base para a Selic, inflação, PIB, câmbio e resultado primário são baseados na divulgação mais recente do Relatório Focus³; a relação dívida/PIB foi extraída do último Relatório de Acompanhamento Fiscal da Instituição Fiscal Independente⁴.

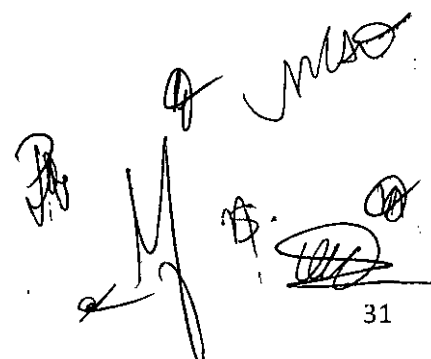
No cenário otimista, a taxa Selic encerraria 2026 a um nível de 1% a.a. abaixo da atual mediana do mercado, com uma inflação sentindo mais a política monetária restritiva, convergindo para a meta. As projeções para PIB e a dívida pública refletem a divulgação recente da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda⁵; o resultado primário de 0,25% está alinhado com o cumprimento do arcabouço fiscal no próximo ano.

Já no cenário pessimista, o Banco Central teria um ritmo mais lento no corte dos juros em 2026. A Selic sofreria uma mudança de ciclo, com a inflação persistindo em patamares elevados; o PIB sofreria com o forte

³ Data de publicação: 15/09/2024.

⁴ Relatório de Acompanhamento Fiscal – Ago/2025.

⁵ Publicado em 11/09/2025.





Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Teófilo Otoni /MG

aumento da Selic, encerrando 2025 abaixo de 1%, o dólar apresentaria retração em decorrência da entrada de capital estrangeiro em títulos públicos, e a dívida pública atingiria um patamar superior, impulsionada por um resultado primário de -1,0%, consequência de mais uma alteração no arcabouço fiscal que permitiria um déficit de 1,0% em 2025 e de 0,5% em 2026.

7. Estratégia de Alocação

Considerando os cenários mais prováveis, apresentam-se a seguir os principais pontos que relacionam o ambiente econômico — tanto no âmbito internacional quanto nacional — e seus potenciais impactos sobre os investimentos ao longo de 2026. À luz desse contexto, considerando as perspectivas econômicas para 2026, a certificação nível III do SISPREV/TO no Programa Pró Gestão e os limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025, define-se a estratégia de alocação a ser adotada pelo SISPREV/TO.

A estratégia de alocação adotada pelo SISPREV/TO é apresentada a seguir. A coluna “alvo” representa o direcionamento preferencial de investimento, definido com base nas condições econômicas vigentes na data de elaboração deste documento. Por sua vez, as colunas “limite inferior” e “limite superior” conferem maior flexibilidade às decisões de alocação, reconhecendo o caráter dinâmico do ambiente econômico e a evolução contínua das oportunidades de investimento ao longo do tempo.

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.272/2025 - LIMITES DE ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTOS				
Segmento I - Renda Fixa	Limite inf.	Alvo	Limite Sup.	Limite Global
Art. 7º, I – FIF e ETF 100% TP	0%	0%	100%	
Art. 7º, II – TP oferta primária ou plataforma eletrônica	0%	0%	100%	
Art. 7º, III – TP mercado de balcão	0%	55%	100%	
Art. 7º, IV – Operações compromissadas lastreadas em TP	0%	0%	5%	
Art. 7º, V – Classes de fundos de renda fixa e ETF – Demais	0%	34%	80%	
Art. 7º, VI – Títulos de Instituições Financeiras	0%	3%	20%	
Art. 7º, VII – Classes de fundos de renda fixa – Crédito Privado	0%	1%	20%	35%
Art. 7º, VIII – Classes de fundos de debêntures infraestrutura	0%	0%	20%	
Subtotal Renda Fixa			185%	
Segmento II - Renda Variável	Limite inf.	Alvo	Limite Sup.	Limite Global
Art. 8º, I – Classes de fundos de Ações	0%	5%	40%	50%
Art. 8º, II – Classes de ETF de Ações	0%	1%	40%	
Art. 8º, III – Classes de ETF BDR – Ações	0%	0%	10%	
Art. 8º, IV – Classes de ETF – Internacional	0%	0%	10%	
Subtotal Renda Var.			10%	

Seção III – Investimentos em Fundos	Lim. Inf.	Alvo	Lim. Sup.	Lim. Global
Art. 9º, I – Fundos Renda Fixa - Dívida Externa	0%	0%	10%	10%
Art. 9º, II – Classes de FI – Invest. Exterior – Investidor	0%	0%	10%	
Art. 9º, III – Classes de FI – Invest. Exterior – Inv. em geral	0%	0%	10%	
Subtotal – Investimentos em Fundos			30%	
Seção IV – Investimentos Estruturados	Lim. Inf.	Alvo	Lim. Sup.	Lim. Global
Art. 10º, I – Classes de Fundos Multimercado	0%	1%	15%	20%
Art. 10º, II – Classes de FIAGRO	0%	0%	5%	
Subtotal – Investimentos Estruturados			20%	
Seção V – Fundos Imobiliários	Lim. Inf.	Alvo	Lim. Sup.	Lim. Global
Art. 11º – Fundos Imobiliários	0%	0%	15%	
Subtotal – Fundos Imobiliários			30%	
Seção VI – Empréstimo Consignado	Lim. Inf.	Alvo	Lim. Sup.	Lim. Global
Art. 12º – Empréstimo consignado	0%	0%	0%	
Subtotal – Empréstimo Consignado			0%	
TOTAL POLÍTICA DE INVESTIMENTOS			100%	

A estratégia proposta tem como foco uma alocação predominante em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), ativos de renda fixa pós-fixados, por meio de fundos, seguida por ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que atendam às condições previstas no inciso I do § 2º do art. 21 da Resolução CMN nº 5.272/2025, sempre em conformidade com os limites de rating estabelecidos no item 5.3 desta Política de Investimentos. Essas principais vertentes de alocação buscam controlar a volatilidade do portfólio, permitindo futuras alocações nos artigos 8º da Resolução CMN nº 5.272/2025, bem como em ativos de renda fixa com maior *duration*, caracterizando assim, um portfólio do tipo *Barbell*. A microalocação seria estruturada da seguinte forma:

Artigo 5.272/2025	Estratégia Alvo
Art. 9º, III – TP mercado de renda fixa	50%
Art. 9º, VI – Fundos de Instituições Financeiras	30%
IPCA +	58%



Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Teófilo Otoni /MG

Art. 7.1.0 - Cálculo de pontos de contribuição e de pontos de referência	50%
Art. 7.1.1 - Cálculo de pontos de referência de referência de referência	7%
Referenciado DI	35%
Art. 7.1.2 - Cálculo de pontos de referência de referência de referência	30%
Art. 7.1.3 - Cálculo de pontos de referência de referência de referência	0%
Art. 7.1.4 - Cálculo de pontos de referência de referência de referência	0%
Ibovespa, Small, BDR e S&P500	7%

Havendo mudanças significativas no cenário macroeconômico, o SISPREV/TO poderá ter alocações acima ou abaixo da “estratégia alvo”, sempre respeitando os limites definidos como mínimo e máximo em cada artigo e incisos.

7.1. Critérios de Seleção dos Ativos

As aplicações poderão ser realizadas por meio da compra de ativos finais ou de cotas de fundos de investimentos, desde que previamente credenciados juntamente com seus prestadores de serviço.

Os critérios impostos nesta Política de Investimentos não incidem sobre os investimentos realizados em exercícios anteriores, quando da vigência de outra Política de Investimentos, para fins de enquadramento.

7.1.1. Títulos Públicos

Os títulos públicos federais oferecem importantes oportunidades para agregar desempenho com destacada segurança, sendo fortemente adaptáveis às necessidades do SISPREV/TO no cumprimento de suas obrigações, desde que atendam aos seguintes critérios:

- Devem ser adquiridos somente com taxa superior ou igual a Meta Atuarial;
- As aquisições devem ser realizadas somente após a obtenção de, no mínimo, três cotações de participantes do mercado, sendo a contratação efetuada com aquele que apresentar a melhor taxa;

- A precificação pela curva somente poderá ser adotada mediante a realização de estudo de ALM, ou de outro estudo equivalente, que comprove a capacidade do SISPREV/TO de manter o ativo em carteira até o vencimento;
- O gestor de recursos deverá firmar termo de responsabilidade referente aos ativos precificados pela curva.

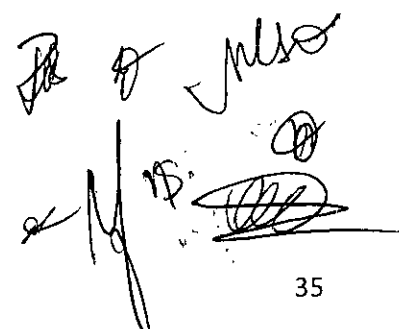
7.1.2. Fundos de Investimento

Os Fundos de Investimento constituem instrumentos relevantes para a diversificação e a gestão eficiente dos recursos do SISPREV/TO permitindo acesso a diferentes estratégias de alocação e gestores especializados. Sua utilização contribui para a mitigação de riscos e a busca de rentabilidade consistente, desde que observados os seguintes critérios:

- O investimento somente poderá ser realizado mediante credenciamento prévio do fundo e de seus prestadores de serviço;
- O fundo deverá apresentar histórico mínimo de 48 meses de cotas;
- O fundo deverá possuir patrimônio líquido médio, nos últimos 12 meses, igual ou superior ao patrimônio líquido do SISPREV/TO na data da alocação;
- O fundo deve obter pontuação positiva segundo os critérios elencados no quadro abaixo.

Critério	Descrição	Pontuação
Rentabilidade	Rentabilidade anualizada nos últimos 48 meses	1 ponto para o fundo com maior retorno
Volatilidade	Volatilidade histórica nos últimos 48 meses	1 ponto para o fundo com menor volatilidade
Perda máxima	Máximo <i>drawdown</i> nos últimos 48 meses	1 ponto para o fundo com menor <i>drawdown</i>
Retorno com relação ao <i>benchmark</i>	Média das janelas de 48, 36, 24 e 12 meses relativo ao seu <i>benchmark</i>	1 ponto para o fundo com maior média com relação ao <i>benchmark</i>
Relação risco-retorno	Média das janelas de 48, 36, 24 e 12 meses do <i>Índice de Sharpe</i>	1 ponto para o fundo com maior média do <i>Índice de Sharpe</i>

Em caso de empate na avaliação, todos os fundos envolvidos deverão receber a pontuação correspondente ao critério.



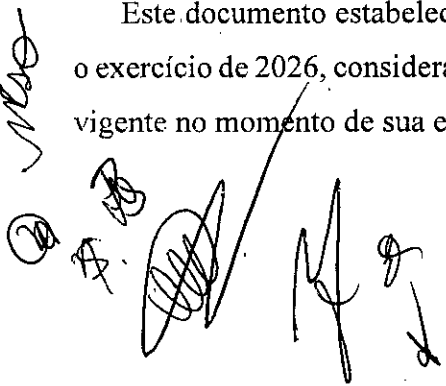
7.2. Vedações e Limites

A gestão dos recursos do Instituto observa os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, adequação às obrigações e transparência, devendo as decisões de alocação estar em conformidade com a estratégia definida nesta Política de Investimentos e com as vedações e limites estabelecidos na Resolução CMN 5.272/2025. Nesse contexto, destacam-se os seguintes limites de concentração aplicáveis aos investimentos do SISPREV/TO:

- Até 20% do patrimônio do SISPREV/TO aplicados, direta ou indiretamente, em cotas de um mesmo fundo de investimento, fundo de cotas de fundos de investimento ou fundo de índice;
- Até 10% do patrimônio líquido de uma mesma instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- Até 25% de uma mesma emissão de ativos financeiros de renda fixa, independentemente do emissor;
- É vedada a aplicação em classes de fundos de investimento cujo regulamento não preveja, de forma expressa, a limitação da responsabilidade do cotista ao valor por ele subscrito.
- Até 15% do patrimônio líquido de uma mesma classe de fundo de investimento ou ETF, exceto os fundos previstos no art. 7º, inciso I;
- Até 5% do volume total de recursos de terceiros geridos por um mesmo gestor de recursos ou por gestoras pertencentes ao mesmo grupo econômico, considerando o total das aplicações do SISPREV em classes de fundos de investimento e carteiras administradas.
- Até 5% do patrimônio líquido de uma mesma classe de fundos enquadrados no art. 7º, incisos VII, VIII e IX;

8. Considerações Finais

Este documento estabelece as diretrizes que compõem a Política de Investimentos do SISPREV/TO para o exercício de 2026, considerando o cenário econômico prospectivo e os investimentos, bem como a legislação vigente no momento de sua elaboração.





Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Teófilo Otoni /MG

A Política de Investimentos poderá ser revisada ou ajustada conforme necessário, a fim de se adaptar a novas condições econômicas e/ou a eventuais mudanças na legislação. Qualquer revisão deverá ser devidamente justificada, aprovada pelos Conselheiros e divulgada por meio do site e/ou mural do Instituto.

Tanto a Política de Investimentos quanto suas possíveis alterações devem ser disponibilizadas aos servidores e demais interessados por meio do site do SISPREV/TO, do Diário Oficial do Município, ou em local de fácil acesso ao público.

[Handwritten signatures and initials]



Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Teófilo Otoni /MG

9. Anexos

Atestado de Credenciamento: Administrador, Gestor, Custodiante e Distribuidor

Número do termo de análise:

Categoria do credenciamento:

Ente federativo: Teófilo Otoni

Unidade gestora: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Teófilo Otoni

DADOS DA INSTITUIÇÃO E DA EMPRESA A SER CREDENCIADA	
Razão Social:	CNPJ:
Endereço:	CEP:
Cidade:	UF:
Data de constituição:	Diretor responsável:
Data de registro CVM:	Categoria:
Situação:	Site:
Contatos:	
DE OBRIGACIONES	
A instituição está presente na lista exaustiva da SPREV? (sim/não)	
A instituição possui processos administrativos sancionadores junto a CVM? (sim/não)	
A instituição possui processos administrativos sancionadores junto ao Banco Central? (sim/não)	
A instituição possui processos administrativos sancionadores junto a ANBIMA? (sim/não)	
A instituição possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a empresa	
A receita em decorrência de taxas com bases fixas é suficiente para cobrir os custos e os investimentos da empresa	
O patrimônio líquido da empresa representa mais do que 0,02% dos recursos financeiros sob gestão/administração/custódia/distribuição e mais do que R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)? (sim/não)	
HISTÓRICO	
Breve histórico sobre a constituição da empresa:	
Principais eventos societários tais como incorporações, fusões, cisões, alienações e aquisições de controle societário:	
Tipos e características dos serviços prestados (administração, planejamento patrimonial, controladoria, tesouraria, etc.):	
Tipos de valores mobiliários objeto de gestão/administração/custódia/distribuição:	
Controladores diretos e indiretos:	
Sociedades sob controle comum:	
Códigos e grupos de trabalho da ANBIMA em que a empresa segue ou contribui:	
Descrever o perfil dos recursos geridos/administrados/custodiados/distribuídos:	
ESQUEMA DE ORGANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÕES	
Atribuições de cada órgão, comitê e departamento técnico:	
Em relação aos comitês, sua composição, frequência com que são realizadas suas reuniões e a forma como são registradas suas	
Em relação aos membros da diretoria, quais suas atribuições e poderes individuais?	
Como é a política de seleção, contratação e supervisão de prestadores de serviços?	



Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Teófilo Otoni /MG

Como os custos de transação de valores mobiliários são monitorados e minimizados?					
Em relação a cada um dos diretores, fornecer principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos, indicando:					
CPF:	Nome:	Cargo:	Atividade principal:	Data de entrada:	
PERFIL DOS RECURSOS GERIDOS ADMINISTRATIVAMENTE E SUAS DISTRIBUIÇÕES					
Descrição:			R\$		
Ações					
Debêntures e outros títulos de renda fixa emitidos por pessoas jurídicas não financeiras					
Títulos de renda fixa emitidos por pessoas jurídicas financeiras					
Cotas de fundos de investimento em ações					
Cotas de fundos de investimento em participações					
Cotas de fundos de investimento imobiliário					
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios					
Cotas de fundos de investimento em renda fixa					
Cotas de outros fundos de investimento					
Derivativos (valor de mercado)					
Outros valores mobiliários					
Títulos públicos					
Outros ativos					
VOLUME TOTAL DE RECURSOS					
REPARTIÇÃO					
Sobre a receita auferida nos últimos 36 meses, em valores percentuais, ela é proveniente de:					
Taxa com base fixa:	Taxa de performance:	Taxa de entrada:	Taxa de saída:	Outras:	
PRODUTOS E FUNDOS DE INTERESSE DO SISPREV-TO					
Nome:		CNPJ:	Enquadramento:		
REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA - VALIDADE DAS CERTIDÕES APRESENTADAS					
Federal	Estadual	Municipal	FGTS	CNDT	Falência
DECLARAÇÕES					
Tipo			Data de emissão		
Condenação CVM					
Condenação BACEN					
Idoneidade					
Veracidade					
Ciência dos dispostos no edital de credenciamento					
Veracidade da documentação apresentada					

Os responsáveis pela gestão deste Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), realizaram o prévio credenciamento da instituição acima qualificada. Com base nos critérios analisados, a instituição encontra-se apta a ser credenciada e manter relacionamento com o SISPREV-TO.



Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Teófilo Otoni /MG

Esta análise de credenciamento observou histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob administração, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético e de conduta. Os parâmetros utilizados para credenciamento estão previstos nos Arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº1.467/22, sendo que o Art. 106, IV, dispõe que:

“A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet”.

Logo, a utilização desse modelo de credenciamento, buscou evidenciar as exigências da Resolução CMN nº 5.272/2025 e a Portaria MTP nº1.467/22 onde tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de ativos para alocação do SISPREV-TO.

Teófilo Otoni, xx/xx/2026

CPF:	Nome:	Assinatura:

XXXXXXXXXX
Gestor de Recursos - SISPREV-TO

Pela IF interessada no credenciamento

[Handwritten signatures and initials]



Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Teófilo Otoni /MG

Atestado de Credenciamento: Emissor de Renda Fixa

Número do termo de análise:

Ente federativo: Teófilo Otoni

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Teófilo Otoni

DADOS DA INSTITUIÇÃO INTERESSADA NO CREDENCIAMENTO				
Razão Social:			CNPJ:	
Endereço:			CEP:	
Cidade:			UF:	
Data de constituição:		Diretor responsável:		
Data de registro CVM:		Categoria:		
Situação:		Site:		
Contatos:				
Tipos de carteiras			Data de início	
DIFERENCIAIS				
A instituição está presente na lista exaustiva da SPREV? (sim/não)				
A instituição possui processos administrativos sancionadores junto a CVM? (sim/não)				
A instituição possui processos administrativos sancionadores junto ao Banco Central? (sim/não)				
A instituição possui processos administrativos sancionadores junto a ANBIMA? (sim/não)				
A instituição possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a empresa figure no polo passivo? (sim/não)				
HISTÓRICO DO BANCO				
Breve histórico sobre a constituição da empresa:				
Principais eventos societários tais como incorporações, fusões, cisões, alienações e aquisições de controle societário:				
Tipos e características dos serviços prestados (administração, planejamento patrimonial, controladoria, tesouraria, etc.):				
Tipos de valores mobiliários objeto de administração:				
Controladores diretos e indiretos:				
Sociedades sob controle comum:				
Códigos e grupos de trabalho da ANBIMA em que a administradora segue ou contribui:				
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA				
Atribuições de cada órgão, comitê e departamento técnico:				
Em relação aos comitês, sua composição, frequência com que são realizadas suas reuniões e a forma como são registradas suas				
Em relação aos membros da diretoria, quais suas atribuições e poderes individuais?				
Como é a política de seleção, contratação e supervisão de prestadores de serviços?				
Em relação a cada um dos diretores, fornecer principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos, indicando:				
CPF:	Nome:	Cargo:	Atividade principal:	Data de entrada:
RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL				
Data de referência:		Índice de Basileia:		Índice de Imobilização:
Lucro líquido:		Patrimônio líquido:		
Ativo Total:		Captações:		
Carteira de Crédito:		Patrimônio de Referência:		
Lucro Líquido 2022:		Lucro Líquido 2023:		Lucro Líquido 2024:

[Handwritten signatures and initials]



Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Teófilo Otoni /MG

RESUMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA				
Tipo	Ref. 31/12/2022	Ref. 31/12/2023	Ref. 31/12/2024	
Depósito à vista				
Depósito em poupança				
Outros depósitos				
Letras Financeiras				
Demais captações				
TOTAL CAPTADO				
RECURSOS DE CAPITAL PRÓPRIO				
Nome:	ISIN:		Enquadramento:	
RECURSOS DE CAPITAL TERCEIROS				
CND Federal:	CND Estadual:	CND Municipal:	CND FGTS:	CND TRT:

Os responsáveis pela gestão deste Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), realizaram o prévio credenciamento da instituição acima qualificada. Com base nos critérios analisados, a instituição encontra-se apta a ser credenciada e manter relacionamento com o SISPREV-TO.

Esta análise observa o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob administração, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético e de conduta. Os parâmetros utilizados para credenciamento estão previstos nos Arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº1.467/22, sendo que o Art. 106, IV, dispõe que:

“A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet”.

Logo, a utilização desse modelo de credenciamento, buscou evidenciar as exigências da Resolução CMN nº 5.272/2025 e a Portaria MTP nº1.467/22 onde tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de ativos para alocação do SISPREV-TO.

Teófilo Otoni, xx/xx/2026

RESUMO DA SITUACAO FINANCEIRA			
CPF:	Nome:	Cargo:	Assinatura:

XXXXXXXXXX
Gestor de Recursos - SISPREV-TO

Pela IF interessada no credenciamento



Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Teófilo Otoni /MG

Atestado de Credenciamento: Agente Autônomo de Investimento

Número do termo de análise:

Ente federativo: Teófilo Otoni

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Teófilo Otoni

DADOS DA INSTITUIÇÃO INTERESSADA NO CREDENCIAMENTO				
Razão Social:			CNPJ:	
Endereço:			CEP:	
Cidade:			UF:	
Data de constituição:		Diretor responsável:		
Data de registro CVM:		Categoria:		
Situação:		Site:		
Contatos:				
OUTROS DADOS				
A instituição está presente na lista exaustiva da SPREV? (sim/não)				
A instituição possui processos administrativos sancionadores junto a CVM? (sim/não)				
A instituição possui processos administrativos sancionadores junto ao Banco Central? (sim/não)				
A instituição possui processos administrativos sancionadores junto a ANBIMA? (sim/não)				
A instituição possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a empresa				
A receita em decorrência de taxas com bases fixas é suficiente para cobrir os custos e os investimentos da empresa com a atividade de administração de carteira de valores mobiliários? (sim/não)				
HISTÓRICO DO ESCRITÓRIO DE VALORES MOBILIÁRIOS				
Breve histórico sobre a constituição da empresa:				
Principais eventos societários tais como incorporações, fusões, cisões, alienações e aquisições de controle societário:				
Dados da instituição integrante do sistema de distribuição em que o escritório possui contrato firmado (Nome, CNPJ, endereço, tipos de valores mobiliários objeto de distribuição):				
Controladores diretos e indiretos:				
Sociedades sob controle comum:				
Códigos e grupos de trabalho da ANBIMA em que o escritório de AAI segue ou contribui:				
ESTRUTURA OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA				
Atribuições de cada órgão, comitê e departamento técnico:				
Em relação aos comitês, sua composição, frequência com que são realizadas suas reuniões e a forma como são registradas suas				
Em relação aos membros da diretoria, quais suas atribuições e poderes individuais?				
Como é a política de seleção, contratação e supervisão de prestadores de serviços?				
Detalhe como é a Política de Negociação de Valores Mobiliários e Política de Combate à Lavagem de Dinheiro a ser seguida por				
Em relação a cada um dos diretores, fornecer principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos, indicando:				
CPF:	Nome:	Cargo:	Atividade principal:	Data de entrada:
REMUNERAÇÃO DO ESCRITÓRIO DE VALORES MOBILIÁRIOS				
Sobre a receita auferida nos últimos 36 meses, em valores percentuais, ela é proveniente de:				
Modelo de taxa fixa (fee based):		Modelo de comissão (commission based):		

[Handwritten signatures and initials]



Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Teófilo Otoni /MG

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS				
Nome:		CNPJ:		Enquadramento:
REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPS				
CND Federal:	CND Estadual:	CND Municipal:	CND FGTS:	CND TRT:

Os responsáveis pela gestão deste Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), realizaram o prévio credenciamento da instituição acima qualificada. Com base nos critérios analisados, a instituição encontra-se apta a ser credenciada e manter relacionamento com o SISPREV-TO.

Esta análise de credenciamento observa o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob administração, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético e de conduta. Os parâmetros utilizados para credenciamento estão previstos nos Arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº1.467/22, sendo que o Art. 106, IV, dispõe que:

"A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet".

Logo, a utilização desse modelo de credenciamento, buscou evidenciar as exigências da Resolução CMN nº 5.2572/2025 e a Portaria MTP nº1.467/22 onde tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de ativos para alocação do SISPREV-TO.

Teófilo Otoni, xx/xx/2026

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS			
CPF:	Nome:	Cargo:	Assinatura:

XXXXXXXXXX
Gestor de Recursos - SISPREV-TO

Pelo escritório interessado no credenciamento



Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de
Teófilo Otoni /MG

Atestado de Credenciamento: Fundo de Investimento

DADOS CADASTRAIS

Fundo:

Segmento:

Tipo de Ativo:

Data da análise:

Conclusão do Credenciamento:

INSTITUIÇÕES

Administrador:

Gestor:

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

Nome do Fundo:		
Classificação de Investimento:		
Prazo de Resgate:		
Taxa de Administração:		
Índice de Referência:		
Carência:		
Taxa de Administração:		
Caso possua alocação em outros fundos, preencha as informações abaixo:		
CNPJ	Credenciamento	Alocação (%)
Informações referentes à: xx/xx/xxxx.		
Caso possua outros critérios por submissões públicas, preencha as informações a seguir:		
Ativos financeiros não emitidos por instituição financeira.		
Ativos financeiros não emitidos por cias abertas, operacionais e registradas na CVM.		
Ativos financeiros emitidos por securitizadoras (CRI ou CRA).		
Ativos financeiros que não são cotas de classe sênior de FIDC.		
Ativos financeiros ou que os respectivos emissores não são considerados de baixo risco de crédito.		
Informações referentes à: xx/xx/xxxx.		

CONCLUSÃO DA ANÁLISE

[Handwritten signatures and initials]



Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Teófilo Otoni /MG

- Análise do regulamento e demais documentos disponibilizados pelo gestor do fundo de investimento e os riscos inerentes às operações previstas:
- Adequação das características do fundo frente às necessidades de liquidez do SISPREV-TO:
- Adequação da política de seleção, alocação e diversificação de ativos e, quando for o caso, a política de concentração de ativos:
- Avaliação dos dados comparativos no que se refere aos custos, retorno e risco de fundos de investimento similares
- Verificação da compatibilidade entre o objetivo de retorno do fundo de investimento, a política de investimento do fundo, o limite de risco divulgado pelo gestor, quando couber, e eventual adequação do parâmetro utilizado para a cobrança da taxa de performance:
- Verificação das hipóteses de eventos de avaliação, amortização e liquidação, inclusive antecipada, quando aplicável:
- Verificação do histórico de performance do gestor em relação à gestão do fundo de investimento e de demais fundos por ele geridos:
- Em caso de fundos de investimento cujas carteiras sejam representadas, exclusivamente ou não, por cotas de outros fundos de investimento, deverá ser verificado que a carteira dos fundos investidos atende aos requisitos previstos em Resolução do CMN:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO, COTISTA E PERFORMANCE

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			COTISTA						PERFORMANCE				
Atual													
Médio em 12 meses													
Médio em 24 meses													
Fundo	Retorno	Risco	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Retorno	Risco	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
Fundo													
Bench.													
< Ben.													
Fundo													
Bench.													
< Ben.													
Fundo													
Bench.													
< Ben.													



Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Teófilo Otoni /MG

Fundo													
Bench.													
< Ben.													

RENTABILIDADE ACUMULADA

FUNDO	RENTABILIDADE ACUMULADA	RENTABILIDADE ACUMULADA	
Benchmark			
Informações referentes à: xx/xx/xxxx.			

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

FUNDO	COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

ATESTADO DE CREDENCIAMENTO

Ao assinar o Credenciamento, os responsáveis atestam que:

- Possuem conhecimento dos aspectos que caracterizam este Fundo de Investimento, em relação ao conteúdo de seu Regulamento e de fatos relevantes que possam contribuir para seu desempenho, além de sua compatibilidade ao perfil da carteira e à Política de Investimentos do SISPREV-TO;
- Este documento não representa garantia ou compromisso de alocação de recursos no fundo, devendo o SISPREV-TO, ao efetuar a aplicação de recursos, certificar-se da observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência e os requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, a aderência à Política de Investimentos e ao perfil das obrigações presentes e futuras do SISPREV-TO;
- Estão cientes de que a rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura, e que não há qualquer tipo de garantia, implícita ou explícita, prestada pelo emissor deste relatório e/ou empresas coligadas, ou por qualquer mecanismo de seguro, ou ainda pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Assinatura	Assinatura	Assinatura

[Handwritten signatures and initials]



Modelo de Declaração

[Nome da empresa interessada no credenciamento]

[Número do CNPJ]

[Endereço completo]

Ao

Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Teófilo Otoni

Rua Epaminondas Otoni, 665, Sétimo Andar, Bairro Centro, Teófilo Otoni – MG

DECLARAÇÃO

Eu, [Nome do representante legal], portador(a) da Carteira de Identidade nº [Informar], inscrito(a) no CPF sob o nº [Informar], na qualidade de representante legal da empresa [Nome da empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [Nº CNPJ], com sede à [Endereço Completo], para fins de participação no processo de credenciamento público promovido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Teófilo Otoni, venho, por meio desta, declarar sob as penas da lei que:

1. Não há, no momento, qualquer processo administrativo em curso ou concluído contra a empresa junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
2. Não há processo administrativo em andamento ou concluído contra a empresa junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).
3. Não há processo administrativo instaurado contra a empresa junto ao Banco Central do Brasil (BACEN).
4. A empresa é idônea e não possui impedimentos legais, administrativos ou judiciais que a desqualifiquem para participar de licitações ou credenciamentos públicos, sendo sua atuação pautada pelos princípios da legalidade, moralidade, ética e transparência.



Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de
Teófilo Otoni /MG

5. As informações prestadas nesta declaração são verídicas e condizentes com a realidade dos fatos, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações falsas podem acarretar a responsabilização administrativa, civil e penal da empresa e de seu representante, nos termos da legislação vigente.

Declaro, ainda, estar ciente de que o não cumprimento das condições acima mencionadas ou a verificação de informações inverídicas poderá implicar em sanções administrativas, como a inabilitação do presente credenciamento, bem como outras penalidades previstas em lei.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

[Cidade], [Data]

[Nome do Representante Legal]

Cargo: [Informar o cargo]

[Nome da empresa]

Nubia Salzmann
Natalia Figueiredo Anta
Diego Lavar Teixeira
Filipe Sango Mafra
✓ Maria da Conceição de Jesus Oliveira
✓ Lisele Figueiredo Almeida
João Figueiredo Ribeiro
Joliana Paquelhaes Bez

75. 00

